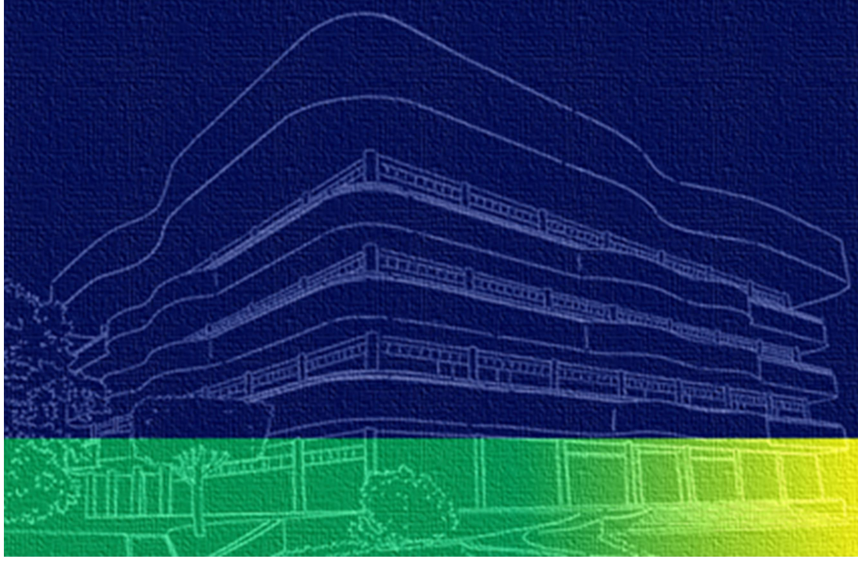
Tribunal de Contas
do Estado do Piauí

Relatório de Atividades

2º trimestre de 2022



Tribunal de Contas do Estado do Piauí

CORPO DELIBERATIVO

Presidente
Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins

Conselheiros
Kleber Dantas Eulálio (Vice-Presidente)
Joaquim Kennedy Nogueira Barros (Corregedor)
Abelardo Pio Vilanova e Silva (Ouvidor)
Flora Izabel Nobre Rodrigues (Controladora Interna)
Cons. Olavo Rebelo de Carvalho Filho (Presidente 1ª Câmara)
Cons. Waltânia Mª Nogueira de S. Leal Alvarenga (Presidente 2ª Câmara)

Conselheiros Substitutos
Allisson Felipe de Araújo
Delano Carneiro da Cunha Câmara
Jackson Nobre Veras
Jaylson Fabianh Lopes Campelo

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
Procurador Geral
Márcio André Madeira de Vasconcelos

Procuradores de Contas
Leandro Maciel do Nascimento
José Araújo Pinheiro Júnior
Raïssa Maria Rezende de Deus Barbosa
Plínio Valente Ramos Neto

Secretário de Controle Externo
Luis Batista de Sousa Júnior

Secretário Administrativo
Paulo Ivan da Silva Santos

Secretária das Sessões
Marta Fernandes de Oliveira Coelho

Secretário de Tecnologia da Informação
Antonio Moreira da Silva Filho

ELABORAÇÃO
Governança TCE/PI

APRESENTAÇÃO

É uma honra apresentar à Assembleia Legislativa do Piauí e ao cidadão o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas do Estado (TCE) referente ao segundo trimestre do ano de 2022, em cumprimento ao disposto no art. 86, § 3º, da Constituição Estadual.

Atento às suas atribuições constitucionais e atrelado às diretrizes estabelecidas no Plano Estratégico institucional 2020-2023, este Tribunal estabeleceu, no trimestre, diversas ações para atingir sua visão de futuro – ser reconhecida como instituição essencial e de excelência no controle e aperfeiçoamento da administração pública em benefício da sociedade.

O relatório evidencia os principais resultados da atuação do Tribunal no exercício de controle da gestão pública de forma cada vez mais eficiente, eficaz e efetivo, em benefício da sociedade.

As informações nele disponibilizadas foram consolidadas pela equipe da Governança a partir dos dados e informações enviados pelas unidades desta Corte.

Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí

LISTA DE FIGURAS

1. TCE/PI 07
2. MAPA ESTRATÉGICO DO TCE/PI 33
3. LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS 43
4. ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO 48
5. ATENDIMENTOS E DEMANDAS RESPONDIDAS PELA OUVIDORIA 51
6. ATIVIDADES DA CS 51

LISTA DE QUADROS

1. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL 08
2. NOTÍCIAS 09
3. SESSÕES REALIZADAS 10
4. PROCESSOS JULGADOS/APRECIADOS PELOS COLEGIADOS 10
5. PROCESSOS JULGADOS/APRECIADOS POR RELATOR 11
6. PARECERES PRÉVIOS EMITIDOS PELOS COLEGIADOS 12
7. RESULTADO DE JULGAMENTO 12
8. ATOS NORMATIVOS E NOTAS TÉCNICAS APROVADOS 13
9. MEDIDAS CAUTELARES 14
10. ATOS DE PESSOAL APRECIADOS 15
11. CERTIDÕES EMITIDAS 15
12. MULTAS E SANÇÕES APLICADAS 16
13. PROCESSOS RECEBIDOS/DIGITALIZADOS/AUTUADOS 17
14. CITAÇÕES/NOTIFICAÇÕES EMITIDAS 18
15. ATIVIDADES DO MPC 19
16. ATIVIDADES DA SECEX 21
17. ATIVIDADES DO NPDCEX 22
18. EXECUÇÃO DAS METAS DO NUGEI 23
19. ATIVIDADES DE DESTAQUE DO NUGEI 24
20. EXECUÇÃO DAS METAS DA DAJUR 24
21. ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DAJUR 25
22. EXECUÇÃO DAS METAS DA DFAE 25
23. ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFAE 26
24. EXECUÇÃO DAS METAS DA DFAM 27
25. ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFAM 28
26. EXECUÇÃO DAS METAS DA DFENG 29

27. ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFENG 29
28. EXECUÇÃO DAS METAS DA DFESP 30
29. ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFESP 32
30. CARTEIRA DE PROJETOS DO TCE/PI 34
31. ATIVIDADES DA GOV 35
32. ATIVIDADES DA SO 36
33. DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 36
34. ATIVIDADES DA SF 36
35. MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA 37
36. ATIVIDADES DA SC 37
37. ATIVIDADES DA SEINF 38
38. SIAFE-PI 39
39. ATIVIDADES DA DGP 39
40. ATIVIDADES DA SISS 41
41. QUALIFICAÇÕES E CAPACITAÇÕES 43
42. ATIVIDADES DA STI 47
43. ATIVIDADES DA CORREGEDORIA 49
44. SERVIÇOS DA OUVIDORIA 50
45. MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS 50
46. CANAIS 50
47. ATIVIDADES DA DPL 52

SUMÁRIO

1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ 07
1.1. Competência e Jurisdição 07
1.2. Identidade Organizacional 08
2. PRINCIPAIS TRABALHOS E RESULTADOS NO PERÍODO 09
3. RESULTADOS DO CONTROLE EXTERNO 10
3.1. Órgãos Colegiados – Processos e Decisões 10
3.2. Atuação do Ministério Público de Contas 19
3.3. Atividades da Secretaria de Controle Externo 20
3.3.1. Atividades do Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento do Controle Externo 21
3.3.2. Atividades do Núcleo de Informações Estratégicas 22
3.3.3. Atividades da Divisão de Apoio ao Jurisdicionado 24
3.3.4. Controle no âmbito Estadual 25
3.3.5. Controle no âmbito Municipal 27
3.3.6. Fiscalização em Obras Públicas 28
3.3.7. Fiscalizações Especializadas 30
4. GOVERNANÇA E GESTÃO 33
4.1. Gestão Estratégica 33
4.2. Gestão Orçamentária e Financeira 35
4.3. Gestão de Pessoas 39
4.4. Gestão de Contratações 42
4.5. Gestão do Conhecimento 43
4.6. Gestão de Tecnologia da Informação 47
4.7. Controle Interno 48
4.8. Corregedoria 49
4.9. Ouvidoria 49
4.10. Comunicação 51
4.11. Gestão Patrimonial 52

1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ

1.1. Competência e Jurisdição

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí foi criado em 1891, através da primeira Constituição Republicana Estadual (art. 98) e regulamentado pela Lei nº 210, de 01 de julho de 1899, assinada pelo então Governador do Piauí Raimundo Arthur de Vasconcelos. Foi o primeiro Tribunal de Contas a ser instalado no Brasil, precedido apenas pelo Tribunal de Contas da União.

FIGURA 1 – TCE/PI

Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade. Qualquer pessoa física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigados a lhe prestar contas.

É seu papel auxiliar a Assembleia Legislativa e as Câmaras Municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições são fixadas no artigo 71 da Constituição Federal de 1988, no artigo 86 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei nº 4721/94 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas).

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal de Contas em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se

refere ao cumprimento, pelo Estado e munícipios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Teresina e jurisdição em todos os órgãos e entidades das administrações direta, indireta e fundacional dos municípios e do Estado do Piauí, compõe-se de sete conselheiros, quatro conselheiros substitutos, cinco procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

1.2. Identidade Organizacional

A identidade organizacional tem por finalidade traduzir o que se entende como ideal para conferir personalidade à Instituição, representada nos conceitos de missão, visão e valores. A seguir, destaca-se a nova Identidade Organizacional definida no PE 2020-2023 do TCE/PI:

QUADRO 1 – IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL	
Negócio	Administração Pública
Missão	Contribuir para o aprimoramento da administração pública mediante o controle da efetiva aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade piauiense
Visão	Ser reconhecida como instituição essencial e de excelência no controle e aperfeiçoamento da administração pública em benefício da sociedade
Valores	Sustentabilidade – Transparência – Ética – Inovação – Profissionalismo - Responsabilidade Social – Independência - Excelência de Desempenho – Valorização das Pessoas

2. PRINCIPAIS TRABALHOS E RESULTADOS NO PERÍODO

A seguir, constam as principais notícias veiculadas no portal do TCE/PI no segundo trimestre de 2022:

QUADRO 2 – NOTÍCIAS

ABRIL
TCE-PI aprova Plano Anual de Controle Externo 2022/2023
TCE Piauí divulga instrução normativa que disciplina relatórios de gestão
Tribunal avalia andamento de projetos estratégicos em reunião de monitoramento
TCE-PI lança projetos com foco na qualidade de vida do servidor
TCE-PI realiza Webinário do eSocial sobre "Eventos Periódicos – Folha de Pagamento"
Ações do TCE-PI na área de segurança pública são destaque em evento no TCE-RJ
TCE-PI realiza treinamento do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)
Conselheira Lilian Martins participa de 2ª Reunião Ordinária do CNPTC
Dia do Auditor de Controle Externo | Mensagem da Presidência do TCE Piauí
Palestra motivacional reúne servidores em Dia do Auditor de Controle Externo
Ginástica para o Cérebro é tema de oficina do Ativamente TCE
MAIO
Tribunal realiza Fiscalização Ordenada em todo o Piauí
Terapias Alternativas são tema da segunda oficina do Ativamente TCE
Servidores participam de oficina sobre Consciência Corporal do Movimentação
TCE-PI faz homenagem ao Dia das Mães
TCE Piauí estreia quadro "Conta mais!" nas redes sociais
TCE Piauí intensifica atuação referente à Política Nacional de Resíduos Sólidos
Programa Nacional de Prevenção à Corrupção terá lançamento da 2ª etapa
TCE-PI realiza capacitação sobre as inovações do Sistema de Controle Interno
"Saúde é da Nossa Conta" promove atividades de arteterapia e yoga
TCE-PI assina acordo de cooperação para Programa Nacional de Transparência
Servidores do TCE-PI participam de capacitação do MMD-TC promovida pela Atricon
"Sextas Sem Conta" realiza nova edição com foco nas mulheres
Márcio Vasconcelos é empossado no cargo de Procurador-Geral do MPC-PI
JUNHO
Conselheira Lilian Martins preside reunião do Comitê de Aperfeiçoamento do IRB
Membros e servidores traçam estratégias para o MMD 2022
Auditores do Mato Grosso do Sul realizam visita técnica ao TCE-PI para conhecer Laboratório Móvel
TCE Piauí fiscaliza 159 municípios para validação do IEGM 2021
Cosems-PI e TCE-PI discutem parceria voltada aos instrumentos de gestão
TCE-PI estimula participação da sociedade na fiscalização da gestão pública
Membros e servidores do Controle Externo terão carteira de identidade funcional

Fonte: Site do TCE/PI.

3. RESULTADOS DO CONTROLE EXTERNO

3.1. Órgãos Colegiados – Processos e Decisões

A Secretaria das Sessões, cuja competência abrange a coordenação e apoio ao funcionamento do Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, é composta também pela Secretaria da Primeira Câmara, Secretaria da Segunda Câmara, Divisão de Acompanhamento e Controle das Decisões, Divisão Processual e Divisão de Comunicação Processual, conforme dispõe a Resolução TCE-PI Nº 12/2019 de 08 de Agosto de 2019.

As deliberações do TCE/PI, oriundas de Plenário e Câmaras, possuem forma de acórdãos, os quais são publicados no Diário Eletrônico do TCE/PI e acessíveis através do Portal do TCE na consulta processual eletrônica. A competência do Plenário e das Câmaras encontra-se estabelecida nos artigos 74 e 82 do Regimento Interno do TCE/PI e nos artigos 8º a 11º da Resolução TCE-PI Nº 12/2019 de 08 de Agosto de 2019.

No 2º trimestre de 2022, o Tribunal de Contas do Estado do Piauí realizou 38 Sessões e apreciou 552 processos, conforme demonstrado nos quadros seguintes.

- **Sessões realizadas**

QUADRO 3 – SESSÕES REALIZADAS

SESSÕES	PLENÁRIO	1ª CÂMARA	2ª CÂMARA
Sessões Ordinárias	10	13	13
Sessões Administrativas	0	0	0
Sessões Especiais	01	0	0
Sessões Extraordinárias	01	0	0
TOTAL	**12**	**13**	**13**

Fonte: SS.

- **Número de processos julgados/apreciados pelos colegiados**

QUADRO 4 – PROCESSOS JULGADOS/APRECIADOS PELOS COLEGIADOS

TIPO DE PROCESSO	PLENÁRIO	1ª CÂMARA	2ª CÂMARA
Prestação de Contas – Gestão	11	39	51
Prestação de Contas - Governo	0	44	48
Tomada de Contas	06	0	2
Denúncia	05	27	28
Representação	05	46	51
Inspeção	09	1	0
Auditoria	27	0	0

TIPO DE PROCESSO	PLENÁRIO	1ª CÂMARA	2ª CÂMARA
Monitoramento	0	0	0
Admissão	04	4	8
Inativação (Aposentadoria/Reforma/ Transf para Reserva Remunerada)	0	4	9
Pensão	0	3	3
Consulta	07	0	0
Levantamento	05	0	0
Fixação dos Índices de ICMS	0	0	0
Acompanhamento de Cumprimento de Decisão	01	1	4
Incidentes Processuais	0	0	0
Recurso de Reconsideração	61	0	0
Pedido de Reexame	12	0	0
Embargos de Declaração	05	0	0
Agravo	08	0	0
Pedido de Revisão	02	0	0
Termo de Ajuste	11	0	0
TOTAL	**179**	**169**	**204**

Fonte: SS.

- **Número de processos julgados/apreciados por relator**

QUADRO 5 – PROCESSOS JULGADOS/APRECIADOS POR RELATOR

TIPO DE PROCESSO	PLENÁRIO	1ª CÂMARA	2ª CÂMARA	TOTAL
Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva	21	0	46	**67**
Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros	15	0	39	**54**
Cons.ª Waltania Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga	19	0	47	**66**
Cons. Olavo Rebelo de Carvalho Filho	14	38	0	**52**
Cons. Kleber Dantas Eulálio	18	23	0	**41**
Cons.ª Flora Izabel Nobre Rodrigues	18	15	0	**33**
Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo	16	39	0	**55**
Cons. Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara	12	0	24	**36**
Cons. Substituto Jackson Nobre Veras	11	58	0	**69**
Cons. Substituto Alisson Felipe de Araújo	28	0	51	**79**

Fonte: SS.

Nesse 2º Trimestre do exercício de 2022, conforme tabelas acima, houve uma média de 53,8 processos julgados por relator(a).

- **Pareceres prévios emitidos pelos colegiados**

QUADRO 6 – PARECERES PRÉVIOS EMITIDOS PELOS COLEGIADOS

ÓRGÃO DELIBERATIVO	APROVAÇÃO	APROVAÇÃO C/RESSALVAS	REPROVAÇÃO
Plenário	0	01	0
Primeira Câmara	02	29	07
Segunda Câmara	01	39	11
TOTAL	**03**	**69**	**18**

Fonte: SS.

- **Responsáveis julgados em contas, por resultado de julgamento**

QUADRO 7 – RESULTADO DE JULGAMENTO

ÓRGÃO DELIBERATIVO	REGULAR	REGULAR C/RESSALVAS	IRREGULAR
Plenário	01	09	01
Primeira Câmara	05	73	16
Segunda Câmara	14	122	17
TOTAL	**20**	**204**	**34**

Fonte: SS.

Ressalta-se que dos processos julgados/apreciados foram gerados 172 Acórdãos e 01 Parecer Prévio para o Plenário, 94 Acórdãos e 38 Pareceres Prévios para a Primeira Câmara, e 153 Acórdãos e 51 Pareceres Prévios para a Segunda Câmara.

- **Atos normativos e notas técnicas aprovados pelo plenário**

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí, considerando o poder regulamentar que lhe confere o art. 4º da Lei 5.888, de 2009 (Lei Orgânica do TCE/PI), pode elaborar e aprovar os atos normativos necessários à organização e a execução dos serviços que lhe competem. Ao TCE/PI assiste o poder regulamentar, podendo, em consequência, expedir atos e instruções normativas sobre matérias inseridas em suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade.

Ressalte-se, ainda, a expedição pelo TCE/PI de Notas Técnicas sobre as matérias inseridas em suas atribuições com vistas a orientar seus jurisdicionados, as quais também são levadas ao Plenário para aprovação.

No segundo trimestre de 2022, o TCE/PI expediu os seguintes atos normativos, conforme demonstrado nos quadros seguintes.

QUADRO 8 – ATOS NORMATIVOS E NOTAS TÉCNICAS APROVADOS

TIPO		EMENTA
Resolução	Nº 09/2022	Dispõe sobre a licença para tratamento de saúde, licença por motivo de doença em pessoa da família e licença por acidente em serviço no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.
	Nº 10/2022	Altera o artigo 45 da Resolução TCE/PI nº 13 de 26 de agosto de 2011 – Regimento Interno do TCE-PI.
	Nº 11/2022	Propõe envio ao Poder Legislativo de projeto de lei de reajuste do valor dos vencimentos dos servidores efetivos, das remunerações dos servidores comissionados, das gratificações pelo exercício de função de confiança e das gratificações pagas a policiais militares integrantes do Pelotão Especial de Segurança (PES) do Tribunal de Contas do Estado do Piauí e dá outras providências.
	Nº 12/2022	Dispõe sobre a concessão das licenças à gestante e à adotante e da licença- paternidade.
	Nº 13/2022	Regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, o processo para apuração do valor do dano a ser ressarcido quando da celebração de acordo de não persecução civil, conforme § 3º do art. 17-B da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992), acrescentado pela Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021, e dá outras providências.
	Nº 14/2022	Dispõe sobre a emissão das carteiras de identidade funcional dos Membros e servidores integrantes da Carreira de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, e dá outras providências.
Instrução Normativa	Nº 02/2022	Dispõe sobre os códigos de Fontes de Recursos e Códigos de Aplicação a serem utilizados nas competências a partir do exercício 2022 para as informações prestadas através do sistema SAGRES-Contábil.
Decisão Normativa	Nº 28	Recomendação em prevenção e sob responsabilidade de Prefeitos e demais gestores públicos municipais e estaduais, pelo dispêndio de recursos vultuosos do erário no custeio e realização de festejos, contratações artísticas e shows, diante de quadro de crise econômica/sanitária.
Nota Técnica	Nº 01/2022	Dispõe sobre a adoção pelo TCE-PI de Nota Técnica elaborada pelo Ministério Público Federal, de nº 02/2022-GTI FUNDEF/FUNDEB-1ª CCR/MPF.

Fonte: SS.

- **Decisões monocráticas com concessão de medida cautelar homologadas pelo plenário**

Em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário ou de direito alheio, de risco de ineficácia da decisão de mérito, ou diante de situação específica que possa

causar dano irreparável ou de difícil reparação para o interesse e/ou para o patrimônio público, o relator ou o Plenário poderá, motivadamente, determinar liminarmente medidas cautelares, com ou sem a oitiva prévia da parte, nos casos previstos nos artigos 86 e 87 da Lei Estadual nº 5.888/2009. Quando proferida pelo relator, na forma do art. 449 do Regimento Interno, a decisão deverá ser submetida ao Plenário para a apreciação da matéria na primeira sessão seguinte à sua prolatação. Destaca-se que a adoção dessas medidas não gera, necessariamente, impacto econômico imediato, mas visa, sobretudo, ao resguardo tempestivo da legalidade e da moralidade na aplicação dos recursos públicos.

Além disso, na forma da Resolução TCE/PI nº 27/2019, o TCE/PI determina o bloqueio das movimentações financeiras das contas bancárias em caso de ausência da entrega de prestação de contas, documentos e informações ao Tribunal de Contas, os quais são exigidos na forma da legislação aplicável, aos órgãos, entidades, pessoas e fundos sujeitos à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

No segundo trimestre de 2022, o TCE/PI registrou os seguintes dados sobre medidas cautelares proferidas e homologadas pelo Plenário, conforme quadro a seguir.

QUADRO 9 – MEDIDAS CAUTELARES

QUANTIDADE DE CAUTELARES	VALORES ENVOLVIDOS NAS CAUTELARES
36	R$ 558.895.813,11

Fonte: SS.

Das cautelares informadas, 23 (vinte e três) foram concedidas, especificamente, em virtude atraso/ausência de prestação de contas ao TCE/PI.

- **Atos de pessoal apreciados monocraticamente e pelos colegiados**

O Tribunal de Contas do Estado aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal no âmbito estadual e municipal, de aposentadoria de servidor público estadual ou municipal, de reforma e de transferência para a reserva remunerada de membro da polícia militar e do corpo de bombeiros militar e concessão do benefício da pensão por morte.

Quando os atos de admissão, de inativação, de pensão e de revisão de proventos receberem manifestações igualmente favoráveis para o seu registro pela unidade competente da Secretaria do Tribunal e pelo Ministério Público de Contas, concluindo-se pela sua legalidade, o relator poderá proferir decisão definitiva monocrática.

No segundo trimestre e 2022 foram registrados os seguintes dados com relação a registro de atos de pessoal, conforme demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 10 – ATOS DE PESSOAL APRECIADOS

TIPO	PELO REGISTRO	PELA NEGATIVA DE REGISTRO
Admissão [1]	19	4
Inativação (Aposentadoria/Reforma/Transf para Reserva Remunerada) [2]	364	06
Pensão [3]	215	06
Revisão de proventos [4]	21	0
TOTAL	**619**	**16**

Fonte: SS.

[1] Dessas, 7 foram apreciadas monocraticamente pelo relator e 16 pelos colegiados.
[2] Dessas, 358 foram apreciadas monocraticamente pelo relator e 12 pelos colegiados.
[3] Dessas, 214 foram apreciadas monocraticamente pelo relator e 7 pelos colegiados.
[4] Todas foram apreciadas monocraticamente.

- **Certidões emitidas**

A Secretaria das Sessões, na forma da Resolução TCE/PI nº 08/2014, tem a competência para gerir e disponibilizar o Sistema de Emissão de Certidões desta Corte. As certidões são solicitadas pelos interessados e disponibilizadas através do sítio oficial do Tribunal e o destinam-se aos fins especificados em sua regulamentação.

No segundo trimestre de 2022 foram solicitadas e emitidas as seguintes certidões, conforme demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 11 – CERTIDÕES EMITIDAS

TIPO	QUANTIDADE
Ações e Serviços Públicos de Saúde	09
Adimplência	624
Apreciação das Contas	204
Despesas de Pessoal	19
Lei de Responsabilidade Fiscal	39
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	23
Negativa de Débitos	2489
Negativa de Inidoneidade	3135
Registro de Inativação	14
Trânsito em Julgado	02
Outras	01

TIPO	QUANTIDADE
TOTAL	6559

Fonte: SS.

- **Multas e sanções aplicadas**

O Tribunal de Contas do PI poderá aplicar aos administradores e demais responsáveis, no âmbito estadual e municipal, observado o devido processo legal, as sanções de multa; inabilitação para o exercício de cargo em comissão e função de confiança; inabilitação para o recebimento de recursos públicos; proibição de contratação com o Poder Público estadual ou municipal; participação alternativa, substitutiva de outras sanções, em cursos de qualificação de gestores e controladores promovidos pela Escola de Gestão e Controle - EGC, ou outra entidade por ela indicada; e outras sanções previstas em lei.

O Tribunal também aplicará, quando couber, na forma da legislação vigente, a imputação de débito para fins de ressarcimento e recomposição do erário, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

A Divisão de Acompanhamento e Controle de Decisões, que integra a estrutura da Secretaria das Sessões, é o setor responsável pelo acompanhamento e registro desses dados, bem como pelo parcelamento e cobrança de multas. No segundo trimestre de 2022, a DACD informou os seguintes dados com relação às sanções e imputações de débitos, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Ressalte-se que as multas, imputações de débitos e demais sanções referem-se àquelas aplicadas em decisões definitivas / transitadas em julgado no período, bem como àquelas recolhidas / arrecadadas / ressarcidas no período, podendo referir-se a competências / exercícios anteriores.

QUADRO 12 – MULTAS E SANÇÕES APLICADAS

RESPONSÁVEIS CONDENADOS EM DÉBITO E/OU MULTADOS	
TIPO	**VALOR**
Multas aplicadas	186.910 UFR
Multas arrecadadas	9.450 UFR
Imputação de débitos aplicados	R$ 0,00
Imputação de débitos arrecadados[1]	R$ 0,00
RESPONSÁVEIS COM OUTRAS SANÇÕES APLICADAS	
TIPO	**QUANTIDADE**
Inabilitação para o exercício de cargo em comissão e função de confiança	09
Inabilitação para o recebimento de recursos públicos	05

Proibição de contratação com o poder público estadual ou municipal	08
Participação alternativa, substitutiva de outras sanções, em cursos de qualificação de gestores e controladores	-
Outras sanções previstas em lei	-
PARCELAMENTOS/PROCESSOS DE MULTAS E IMPUTAÇÕES DE DÉBITO	
TIPO	**QUANTIDADE**
Processos de parcelamento de multas	33
Processos de cobrança de multas enviados à procuradoria geral do estado para cobrança	-
Processos abertos para acompanhamento de ressarcimento ao erário	16

Fonte: SS.

[1] Dados não informados ao TCE/PI.

- **Processos recebidos/digitalizados/autuados**

A Divisão Processual, que integra a estrutura da Secretaria das Sessões, a quem compete a coordenação e supervisão das atividades relacionadas com o recebimento, controle e acompanhamento de documentos e processos encaminhados ao Tribunal registrou, No segundo trimestre de 2022 o recebimento, digitalização e autuação de 2.335 processos no período, conforme estatística de documentos protocolados, abaixo demonstrada.

Além dessas atividades, a Divisão Processual, no período, atuou com as seguintes atividades: atualização do cadastro de gestores estaduais/municipais no Sistema Cadastro Web; liberação de senhas por meio do sistema de Solicitação de Criação de Usuário e Senha; projeto em andamento com a fábrica de software do Sistema Gestor WEB; liberação de usuários e gerenciamento do Sistema Protocolo Web; atividade contínua de protocolo, triagem, digitalização e validação de documentos e processos.

QUADRO 13 – PROCESSOS RECEBIDOS/DIGITALIZADOS/AUTUADOS

TIPO	QUANTIDADE
Consulta	11
Denúncia	24
Inativação (Aposentadoria, Pensão, Transferência p/ Reserva Remunerada, Ato de Retificação, Revisão de Proventos)	393
Admissão	6
Representação	110
Auditoria	19
Tomada de Contas Especial	8

TIPO	QUANTIDADE
Pedido de Revisão	2
Recurso de Reconsideração	57
Agravo	12
Pedido de Reexame	8
Recurso Administrativo	7
Incidente Processual	15
Ordens Judiciais	27
Multa	53
Monitoramento	1
Acompanhamento	3
Levantamento	2
Acompanhamento de Decisões	1
Embargos de Declaração	5
Processo Ordinário da Administração	16
Processo de Pagamento	197
Requerimento Administrativo	1.358
TOTAL	**2.335**

Fonte: SS.

- **Citações/notificações emitidas**

A Divisão de Comunicação Processual, que integra a estrutura da Secretaria das Sessões, a quem compete as atividades relacionadas a citações/intimações/ciências emitidas pelo TCE/PI no exercício de suas competências registrou, No segundo trimestre de 2022 os seguintes dados, indicando as atividades e os procedimentos desenvolvidos na área, na forma abaixo demonstrada, além da atividade contínua de realização de ofícios, controle e juntada de AR, controle de prazos, confecção de postagens, atendimento ao Jurisdicionado e apoio à Diretoria de Tecnologia da Informação no gerenciamento do Sistema E-carta.

QUADRO 14 – CITAÇÕES/NOTIFICAÇÕES EMITIDAS

TIPO	QUANTIDADE
Citação/Notificação	966
Certidões	609
Postagens	900
Editais de Citação	46
TOTAL	**2.521**

Fonte: SS.

3.2. Atuação do Ministério Público de Contas – MPC

O Ministério Público de Contas do Piauí é instituição permanente e essencial às funções jurisdicionais do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, regendo-se pelos princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e, em especial, da independência funcional, que garante a liberdade de atuação de seus membros, vinculando-os apenas à Lei e à Constituição.

Segundo o ordenamento jurídico em vigor, o órgão é composto por cinco Procuradores, sob a chefia do Procurador-Geral, nomeado pelo Governador do Estado do Piauí para um mandato de dois anos, sendo vedada a recondução, nos termos dos artigos 51 e 52 da Lei Estadual nº 5.888, de 19 de agosto de 2009.

Atuando perante o Tribunal de Contas, compete ao Ministério Público de Contas emitir parecer sobre todos os processos referentes ao controle externo; comparecer às sessões e dizer o direito, verbalmente ou por escrito; interpor os recursos previstos em lei; propor medidas cautelares e incidentes processuais, inclusive o incidente de inconstitucionalidade; levar ao conhecimento das autoridades competentes a ocorrência de fatos ou atos ilegais chegados ao seu conhecimento em razão do cargo; velar, supletivamente, pela execução das decisões do Tribunal; requisitar documentos e informações, dentre outras medidas previstas em lei.

Desse modo, o Ministério Público de Contas do Piauí desempenha a relevante missão de guarda da lei e fiscal de sua execução no âmbito do controle externo da Administração Pública Estadual e Municipal, apresentando-se como um forte aliado da sociedade no combate à corrupção e à malversação do dinheiro público.

Na tabela a seguir, destaca-se a síntese do trabalho desenvolvido no trimestre:

QUADRO 15 – ATIVIDADES DO MPC

.Nº	ASSUNTO	PROCURADORES										TOTAL		SALDO
		RAÏSSA		PLÍNIO		JÚNIOR		LEANDRO		MÁRCIO				
1.0	TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS/PARECERES	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	30.06.22
1.1	Processos de Contas	40	34	43	37	36	44	46	42	35	36	200	193	50
1.2	Processos de Fiscalização	10	9	10	5	8	6	10	13	16	19	54	52	12
1.3	Processos de Admissão de Pessoal (Registro de Atos)	7	7	3	1	1	2	2	2	5	5	18	17	4
1.4	Processos de Inativação	175	209	153	159	55	54	151	160	122	124	656	706	32

1.5	Recursos e Pedidos de Revisão	28	23	32	28	11	12	24	24	38	33	133	120	**27**
1.6	Controle Social (Denúncias e Representações)	36	33	43	40	51	50	59	57	48	45	237	225	**40**
1.7	Consultas	2	2	3	3	1	1	1	1	2	2	9	9	**0**
1.8	Processos Administrativos	1	1	0	0	2	2	1	1	1	1	5	5	**1**
1.9	Outros Processos	0	0	1	1	3	3	1	0	1	2	6	6	**1**
TOTAL (1.1 a 1.9)		**299**	**318**	**288**	**274**	**168**	**174**	**295**	**300**	**268**	**267**	**1318**	**1333**	**167**

2.0	**PROCEDIMENTOS INICIADOS PELO MPC E EVENTOS COM PARTICIPAÇÃO DO PROCURADOR**	**RAÏSSA**	**PLÍNIO**	**JÚNIOR**	**LEANDRO**	**MÁRCIO**	**TOTAL**
2.1	Representações de autoria do Procurador	18	1	0	5	3	27
2.2	Recursos e Pedidos de Revisão de autoria do Procurador	1	0	0	1	0	2
2.3	Recomendações de autoria do Procurador	4	0	8	3	8	23
2.4	Encaminhamento de Denúncias recebidas pelo Procurador	1	6	8	1	9	25
2.5	Ofícios expedidos	13	0	18	7	15	53
2.6	Propostas de alteração de legislação	0	0	0	0	0	0
2.7	Incidentes de Inconstitucionalidade de autoria do Procurador	0	0	0	0	0	0
2.8	Propostas Administrativas	0	0	0	0	0	0
2.9	Propostas de Orientação Jurisprudencial	0	0	0	0	0	0
2.10	Pedidos de Inspeção de autoria do Procurador	0	0	0	0	0	0
2.11	Termos de Ajustamento de Gestão de autoria do Procurador	0	0	0	0	0	0
2.12	Outros procedimentos de iniciativa do Procurador	0	0	0	0	0	0
2.13	Reuniões institucionais/reuniões administrativas/ reuniões de audiências de gestor/cursos/eventos	5	1	9	8	9	32
2.14	Participação do Procurador em Sessões do TCE-PI (Plenárias, Câmaras e Sessões Administrativas)	8	3	9	9	12	41
TOTAL (2.1 a 2.14)		**50**	**11**	**52**	**34**	**56**	**203**

Fonte: MPC.

3.3. Atividades da Secretaria de Controle Externo

Compete à Secretaria de Controle Externo (SECEX) o planejamento e a coordenação das atividades do controle externo, especialmente propor normas, políticas, diretrizes, técnicas e padrões relativos ao controle externo a cargo do Tribunal; planejar, organizar, dirigir, coordenar e supervisionar as atividades e os projetos inerentes às ações integradas de controle externo, acompanhar os resultados obtidos e avaliar os impactos ocorridos; aprovar

manuais e regulamentos relativos às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos na área de controle externo; orientar o desdobramento de diretrizes, acompanhar as ações desenvolvidas, coordenar os estudos de fixação de metas e de produtividade dos servidores efetivos lotados em suas unidades integrantes; dentre outras atividades inerentes à sua finalidade.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações da área realizadas no período:

QUADRO 16 – ATIVIDADES DA SECEX

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO (SECEX)
1. Planejamento das atividades da Secretaria de Controle Externo e de suas respectivas Diretorias
2. Participação em reuniões com as diversas Unidades da SECEX, Membros da Corte de Contas e diversos servidores deste Tribunal sobre assuntos relacionados à sua competência
3. Elaboração da minuta de Resolução que trata do Acordo de Não Persecução Civil
4. Reuniões e debates referentes à construção e implantação do sistema "OPALA" – ambiente de produção (projeto estratégico)
5. Participação na comissão criada para estudos acerca da revisão das normas atinentes ao processo de auditoria no âmbito do TCE/PI (projeto estratégico)
6. Reuniões com STI para construção de sistema para recebimento de comunicações de irregularidades
7. Participação na comissão criada para realização do processo seletivo simplificado para seleção de estagiários de nível superior (edital nº 02/2022)
8. Participação em capacitação em São Paulo/SP para aplicação do Marco de Medição de Desempenho – MMD-TC 2022 no TCE-PI (https://www.tce.pi.gov.br/servidores-do-tce-pi-participa-de-capacitacao-do-mmd-tc-promovida-pela-atricon/ , https://www.tce.pi.gov.br/membros-e-servidores-tracam-estrategias-para-o-mmd-2022/

Fonte: SECEX.

3.3.1. Atividades do Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento do Controle Externo

Compete ao Núcleo de Planejamento e Desenvolvimento do Controle Externo elaborar normas, manuais e regulamentos relativos às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos na área de controle externo; elaborar o Plano Anual de Fiscalização para ser submetido a deliberação do Plenário e executado pelas diretorias de controle externo deste Tribunal; auxiliar as unidades de fiscalização a elaboração do Plano Anual de Trabalho com base no Plano Anual de Fiscalização; auxiliar o Secretario de Controle Externo a acompanhar as ações desenvolvidas, controlar o alcance das metas e avaliar o resultado obtido no âmbito das diretorias de fiscalização; obter, sistematizar e gerir informações estratégicas para as ações que digam respeito à sua área de atuação; disseminar e adotar as medidas necessárias à manutenção e ao aprimoramento das soluções corporativas de

tecnologia da informação (soluções de TI) que darão suporte ao controle externo; dentre outras atividades inerentes à sua finalidade.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações da área realizadas no período:

QUADRO 17 – ATIVIDADES DO NPDCEX

NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO CONTROLE EXTERNO (NPDCEX)	
1.	Subsídio a SECEX no planejamento das atividades da Secretaria de Controle Externo e de suas respectivas Diretorias
2.	Participação em reuniões com as diversas Unidades da SECEX, Membros da Corte de Contas e diversos servidores deste Tribunal sobre assuntos relacionados à sua competência
3.	Elaboração de Relatório de Gestão do PACEX 2021/2022
4.	Elaboração de painel/BI dos processos em estoque da SECEX/TCE-PI
5.	Participação no Grupo de Trabalho Interinstitucional (TCE-PI, MPPI, SEMAR e Governadoria) de Resíduos Sólidos (https://www.tce.pi.gov.br/tce-piaui-intensifica-atuacao-referente-a-politica-nacional-de-residuos-solidos/)
6.	Participação na comissão de Gestão por Competência do TCE-PI
7.	Assessoramento no desenvolvimento do sistema "OPALA" de apoio ao controle externo para o TCE/PI
8.	Disponibilização da versão inicial do sistema de geração de relatórios das contas de governo municipal
9.	Manutenção, atualizações (inclusive de normativos correlatos), assessoramento para criação de *Business Intelligence* - BI e suporte dos sistemas SAGRES-Contábil, SAGRES-Demonstrativos, Sistema de Auditoria – módulo Relatório para os usuários internos e externos
10.	Manutenção, atualização e suporte ao Módulo de Controle Externo do SIOPE/MAVS – FNDE, em sede do Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2017
11.	Participação na 32ª Reunião Ordinária da CTCONF, na qualidade de assessoria técnica pela Atricon
12.	Participação no Grupo de Trabalho para desenvolvimento do sistema SAGRES-PC
13.	Participação no Grupo de Trabalho para desenvolvimento do SAGRES-Folha Estadual (Projeto Estratégico nº 26)
14.	Atendimentos diversos sobre os sistemas relacionados às atribuições da SECEX a usuários internos e externos, e outros temas relacionados ao controle externo
15.	Despachos e Informações diversos
16.	Participação em reuniões dos Grupos de Trabalho (GT) 1 e 2, bem como respectivas atividades decorrentes, em sede do Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2018

Fonte: SECEX.

3.3.2. Atividades do Núcleo de Informações Estratégicas

Compete ao Núcleo de Gestão de Informações Estratégicas e Combate à Corrupção – NUGEI: propor metodologia e normativos para a gestão de informações estratégicas para as ações de controle externo e para a formação de redes internas e externas do Tribunal de Contas do Estado do Piauí; auxiliar na criação de metodologia de análise de risco e elaborar as matrizes necessárias; auxiliar na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do plano de fiscalização; auxiliar e acompanhar o desenvolvimento e

manutenção de sistema de gestão de informações estratégicas para as ações de controle externo, definindo critérios técnicos e operacionais em conjunto com outras áreas pertinentes; incentivar e monitorar a produção, o registro e a disseminação de informações estratégicas que apoiem as ações de controle externo; divulgar a metodologia referente às atividades de inteligência institucional e treinar multiplicadores para formação de rede interna de produção e de disseminação de informações estratégicas que apoiem as ações de controle externo; realizar com as demais Diretorias Técnicas do TCE/PI trabalhos conjuntos relevantes; realizar conjuntamente com outros órgãos da Rede de Controle do Estado operações conjuntas; representar o TCE/PI na Rede Nacional Infocontas e no Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN.

Na tabela a seguir, destaca-se a execução das metas definidas para o período:

QUADRO 18 – EXECUÇÃO DAS METAS DO NUGEI

ESPECIFICAÇÃO – Metas setoriais	Total Prev. 2º Trim.	Total Exec. 2º Trim.	Total Prev. até 30/06	Total Exec. até 30/06
Elaborar matriz de risco 2022	0	2	2	2
Elaboração de Relatório de Fiscalização - Auditoria / Acompanhamento / Levantamento / Monitoramento - Relatório Preliminar	2	0	3	1
Elaboração de Relatório de Fiscalização - Auditoria / Acompanhamento / Monitoramento - Relatório Contraditório	1	0	1	0
Elaboração de Relatório Interno de Informação - Produzido de ofício	5	2	7	6
Elaboração de Relatório Interno de Informação - Produzido sob demanda	0	2	0	6
Elaboração de Relatório Externo de Informação - Produzido de ofício	0	2	2	2
Elaboração de Relatório Externo de Informação - Produzido sob demanda	0	0	0	5
Elaboração de Relatório Interno de Inteligência - Produzido de ofício	2	0	2	0
Elaboração de Relatório Interno de Inteligência - Produzido sob demanda	0	1	0	1
Elaboração de Relatório Externo de Inteligência - Produzido de ofício	2	0	2	0
Elaboração de Relatório Externo de Inteligência - Produzido sob demanda	0	0	0	0
Realização excepcional de Diligência / Inspeção / Auditoria / Operação	0	2	2	3
Elaboração de Aplicativo Cívico	1	1	1	1
TOTAL	**13**	**12**	**22**	**27**

Fonte: SECEX.

Atividades de destaque no trimestre:

QUADRO 19 – ATIVIDADES DE DESTAQUE DO NUGEI

NUGEI	
1.	Participação de servidor nas reuniões da Rede de Controle da Gestão Pública-PI
2.	Participação de servidor da unidade em trabalhos da ATRICON/INFOCONTAS
3.	Atuação como fiscal de diversos ACTs de interesse da unidade
4.	Participação de servidor na Comissão para elaboração de Plano de Logística Sustentável
5.	Participação de servidor como palestrante do evento SEMINÁRIO TRIBUNAIS DE CONTAS E DEMOCRACIA - Painel "*O Controle Externo da Administração Pública no contexto ético-profissional e o enfrentamento à corrupção*", na cidade de Brasília (DF)
6.	Participação de servidor da unidade em Reuniões setoriais com gestores municipais para a implementação do Projeto "*Zero Lixões: Por um Piauí mais limpo*", promovido pelo COAMA/MP-PI – Portarias 273/2022 e 322/2022 (https://www.tce.pi.gov.br/tce-piaui-intensifica-atuacao-referente-a-politica-nacional-de-residuos-solidos/)
7.	Designação de servidor da unidade para compor Comissão de Assessoramento para Fixação dos Índices de Participação no Produto de Arrecadação do ICMS, exercício 2023 – Portaria 293/2022
8.	Participação de servidor na gestão do projeto estratégico PRJ 36
9.	Capacitação interna para elaboração de relatórios técnicos do NUGEI realizado na EGC
10.	Atendimento, por e-mail, a diversas solicitações feitas por sindicatos de servidores públicos, CGU, MPE/PI e Delegados de Polícia Civil e Federal
11.	Atendimento não presencial a cidadãos, autoridades e agentes de autoridades
12.	Levantamentos internos para atendimento aos pleitos de outras unidades do TCE/PI

Fonte: SECEX.

3.3.3. Atividades da Divisão de Apoio ao Jurisdicionado

A Divisão de Apoio ao Jurisdicionado – DAJUR, diretamente ligada à Secretaria de Controle Externo – SECEX, tendo como principal finalidade ser um canal de atendimento ao fiscalizado, atuando como facilitador no processo do controle externo, em atendimento às demandas dos jurisdicionados. Trata-se de instrumento estratégico de gestão, capaz de desafogar os setores de fiscalização, atuando na resolução rápida e eficiente de demandas dos jurisdicionados acerca dos sistemas do controle externo e da atuação do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Na tabela a seguir, destaca-se a execução das metas definidas para o período:

QUADRO 20 – EXECUÇÃO DAS METAS DA DAJUR

ESPECIFICAÇÃO – Metas setoriais	Total Exec. 2º Trim.	Total Exec. até 30/06
Responder demandas de pronto atendimento	163	262

ESPECIFICAÇÃO – Metas setoriais	Total Exec. 2º Trim.	Total Exec. até 30/06
Elaborar informações	136	222
Elaborar documentos técnicos/pareceres (Consultas)	4	9
Emissão de Certidões	78	158
Homologação de documentos	8420	29440
Alertas da LRF	1	1
TOTAL	**8802**	**30092**

Fonte: SECEX.

Atividades de destaque no trimestre:

QUADRO 21 – ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DAJUR

DAJUR
1. Participação na comissão de implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sob a ótica do controle externo
2. "*TCE-PI notifica 106 municípios que ultrapassaram o limite de gastos com pessoal*": https://www.tce.pi.gov.br/tce-pi-notifica-106-municipios-que-ultrapassaram-o-limite-de-gastos-com-pessoal/

Fonte: SECEX.

3.3.4. Controle no âmbito Estadual

Compete à Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual – DFAE realizar o acompanhamento e controle contábil, operacional, orçamentário, financeiro e patrimonial dos Poderes, órgãos e entidades do Estado, incluindo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, consórcios públicos, programas, projetos e fundos, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e de quaisquer recursos recebidos ou repassados e renúncia de receita.

Na tabela a seguir, destaca-se a execução das metas definidas para o período:

QUADRO 22 – EXECUÇÃO DAS METAS DA DFAE

Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Total Prev. 2º Trim.	Total Exec. 2º Trim.	Total Prev. até 30/06	Total Exec. até 30/06
Auditoria	Complementar	Abertos até 31/12/21	1	2	3	4
Auditoria	Contraditório	Abertos até 31/12/21	4	5	15	17
Auditoria	Contraditório	Processos Novos	0	1	0	1
Auditoria	Preliminar	Processos Novos	14	11	22	14
Contas de Gestão	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	2	0	2
Contas de Gestão	Contraditório	Abertos até 31/12/21	2	13	12	26

Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Total Prev. 2º Trim.	Total Exec. 2º Trim.	Total Prev. até 30/06	Total Exec. até 30/06
Contas de Gestão	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	5	13	17
Contas de Gestão	Preliminar	Processos Novos	9	6	17	6
Contas de Governo	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0		0	1
Contas de Governo	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	1	0	1
Denúncia	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	1	0	1
Denúncia	Preliminar	Abertos até 31/12/21	2		5	2
Denúncia	Preliminar	Processos Novos	0	4	0	5
Levantamento	Instrução	Processos Novos	2		3	1
Monitoramento	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	1	0	1
Pedido de Reexame	Recurso	Abertos até 31/12/21	0	1	2	2
Recurso de Reconsideração	Recurso	Abertos até 31/12/21	0	1	3	3
Recurso de Reconsideração	Recurso	Processos Novos	0	1	0	1
Representação	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	1	0	1
Representação	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0	1	0	1
Representação	Contraditório	Processos Novos	0	3	0	3
Representação	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	1	2	3
Representação	Preliminar	Processos Novos	0	1	0	5
Tomada de Contas Especial	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	2	0	2
Tomada de Contas Especial	Contraditório	Abertos até 31/12/21	2	1	7	6
Tomada de Contas Especial	Preliminar	Abertos até 31/12/21	1	4	12	16
TOTAL			**37**	**69**	**116**	**142**

Fonte: SECEX.

Atividades de destaque no trimestre:

QUADRO 23 – ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFAE

DFAE
1. Coordenação da fiscalização ordenada realizada em 04/05/2022, com participação de servidores de diversas unidades da SECEX, bem como das demais Secretarias do TCE (https://www.tce.pi.gov.br/tribunal-realiza-fiscalizacao-ordenada-em-todo-o-piaui-nesta-quarta-4/)
2. Participação no Grupo de Trabalho para desenvolvimento do sistema SAGRES-PC

DFAE	
3.	Participação no Grupo de Trabalho para desenvolvimento do SAGRES-Folha Estadual (Projeto Estratégico nº 26)
4.	Participação no Grupo de Trabalho para desenvolvimento e manutenção do sistema CAPTURE, utilizado em diversas fiscalizações no período (dentre as quais a ordenada)

Fonte: SECEX.

3.3.5. Controle no âmbito Municipal

Compete à Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM realizar o acompanhamento e controle contábil, operacional, orçamentário, financeiro e patrimonial dos Poderes, órgãos e entidades dos Municípios, incluindo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, consórcios públicos, programas, projetos e fundos, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e de quaisquer recursos recebidos ou repassados e renúncia de receita.

Na tabela a seguir, destaca-se a execução das metas definidas para o período:

QUADRO 24 – EXECUÇÃO DAS METAS DA DFAM

Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Total Prev. 2º Trim.	Total Exec. 2º Trim.	Total Prev. até 30/06	Total Exec. até 30/06
Contas de Gestão	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	6	0	7
Contas de Gestão	Contraditório	Abertos até 31/12/21	55	55	146	105
Contas de Gestão	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	4	32	34
Contas de Gestão	Preliminar	Processos Novos	0	3	40	3
Contas de Governo	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	3	0	7
Contas de Governo	Contraditório	Abertos até 31/12/21	54	68	148	111
Contas de Governo	Preliminar	Abertos até 31/12/21	25	22	103	104
Denúncia	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	0	0	1
Denúncia	Contraditório	Abertos até 31/12/21	6	24	18	28
Denúncia	Contraditório	Processos Novos	0	9	0	9
Denúncia	Preliminar	Abertos até 31/12/21	58	42	77	65
Denúncia	Preliminar	Processos Novos	0	12	0	12
Inspeção	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	1	0	1
Inspeção	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0	1	3	3
Levantamento	Instrução	Abertos até 31/12/21	0	0	1	1
Levantamento	Instrução	Processos Novos	1	1	3	2

Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Total Prev. 2º Trim.	Total Exec. 2º Trim.	Total Prev. até 30/06	Total Exec. até 30/06
Recurso de Reconsideração	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0	1	0	2
Recurso de Reconsideração	Recurso	Abertos até 31/12/21	6	8	37	35
Recurso de Reconsideração	Recurso	Processos Novos	0	1	0	1
Representação	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	3	0	6
Representação	Contraditório	Abertos até 31/12/21	6	22	17	31
Representação	Contraditório	Processos Novos	0	2	0	2
Representação	Preliminar	Abertos até 31/12/21	56	53	73	75
Representação	Preliminar	Processos Novos	0	7	0	7
Revisão	Preliminar	Abertos até 31/12/21	6	7	6	8
Tomada de Contas Especial	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0	0	0	1
Tomada de Contas Especial	Preliminar	Abertos até 31/12/21	5	13	5	13
Tomada de Contas Especial	Preliminar	Processos Novos	0	5	0	6
TOTAL			**278**	**373**	**709**	**680**

Fonte: SECEX.

Atividades de destaque no trimestre:

QUADRO 25 – ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFAM

DFAM
1. "*Mais de 70% das Prefeituras não possuem pregão eletrônico regulamentado*": https://www.tce.pi.gov.br/mais-de-70-das-prefeituras-nao-possuem-pregao-eletronico-regulamentado/
2. "*Levantamento aponta deficiências em Portais da Transparência dos municípios*": https://www.tce.pi.gov.br/levantamento-aponta-deficiencias-em-portais-da-transparencia-dos-municipios/
3. "*No Piauí, apenas 58% dos municípios têm estrutura para gestão tributária*": https://www.tce.pi.gov.br/no-piaui-apenas-58-dos-municipios-tem-estrutura-para-gestao-tributaria/
4. "*TCE Piauí fiscaliza 159 municípios para validação do IEGM 2021*": https://www.tce.pi.gov.br/tce-piaui-fiscaliza-159-municipios-para-validacao-do-iegm-2021/

Fonte: SECEX.

3.3.6. Fiscalização em Obras Públicas

Compete à Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – DFENG desenvolver atividades de controle relacionadas à aplicação de recursos públicos em obras e serviços de engenharia a cargo dos órgãos e entidades jurisdicionados ao Tribunal de

Contas do Estado do Piauí.

Na tabela a seguir, destaca-se a execução das metas definidas para o período:

QUADRO 26 – EXECUÇÃO DAS METAS DA DFENG

Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Total Prev. 2º Trim.	Total Exec. 2º Trim.	Total Prev. até 30/06	Total Exec. até 30/06
Acompanhamento	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0	0	1	0
Auditoria	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	0	0	1
Auditoria	Contraditório	Abertos até 31/12/21	6	8	20	15
Auditoria	Preliminar	Abertos até 31/12/21	3	0	7	1
Auditoria	Preliminar	Processos Novos	0	2	0	3
Denúncia	Contraditório	Abertos até 31/12/21	4	4	10	6
Denúncia	Preliminar	Abertos até 31/12/21	6	2	13	11
Denúncia	Preliminar	Processos Novos	0	1	0	2
Inspeção	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0	0	0	1
Inspeção	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	0	1	0
Pedido de Reexame	Complementar	Abertos até 31/12/21	1	0	1	0
Recurso de Reconsideração	Recurso	Abertos até 31/12/21	1	12	3	14
Representação	Complementar	Processos Novos	0	1	0	1
Representação	Contraditório	Abertos até 31/12/21	1	1	1	1
Representação	Preliminar	Abertos até 31/12/21	4	0	10	2
Representação	Preliminar	Processos Novos	0	0	0	1
Tomada de Contas Especial	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	0	0	1
Tomada de Contas Especial	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0	1	1	1
Tomada de Contas Especial	Preliminar	Abertos até 31/12/21	1	0	6	3
TOTAL			**27**	**32**	**74**	**64**

Fonte: SECEX.

Atividades de destaque no trimestre:

QUADRO 27 – ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFENG

DFENG
1. *"TCE Piauí intensifica atuação referente à Política Nacional de Resíduos Sólidos"*: https://www.tce.pi.gov.br/tce-piaui-intensifica-atuacao-referente-a-politica-nacional-de-residuos-solidos/

DFENG
2. Participação em capacitação para execução do Marco de Medição de Desempenho – MMD 2022 no âmbito do TCE-PI (https://www.tce.pi.gov.br/servidores-do-tce-pi-participa-de-capacitacao-do-mmd-tc-promovida-pela-atricon/)

Fonte: SECEX.

3.3.7. Fiscalizações Especializadas

Compete à Diretoria de Fiscalizações Especializadas a coordenação, o gerenciamento e a supervisão das atividades de controle relacionadas às fiscalizações temáticas desenvolvidas por cada uma de suas divisões especializadas, e especialmente auxiliar na elaboração do Plano Anual de Controle Externo, em coordenação com o Núcleo de Planejamento e Desenvolvimento do Controle Externo da Secretaria de Controle Externo, no que diz respeito às fiscalizações especializadas; definir, implementar e gerir, em coordenação com a Secretaria de Controle Externo, indicadores de eficácia, eficiência e efetividade das fiscalizações especializadas; monitorar e divulgar periodicamente os indicadores das atividades das fiscalizações especializadas.

Na tabela a seguir, destaca-se a execução das metas definidas para o período:

QUADRO 28 – EXECUÇÃO DAS METAS DA DFESP

Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Total Prev. 2º Trim.	Total Exec. 2º Trim.	Total Prev. até 30/06	Total Exec. até 30/06
Acompanhamento	Complementar	Abertos até 31/12/21	1	0	1	0
Auditoria	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	4	1	7
Auditoria	Contraditório	Abertos até 31/12/21	12	10	19	22
Auditoria	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	0	0	1
Auditoria	Preliminar	Processos Novos	2	3	6	5
Contas de Gestão	Contraditório	Abertos até 31/12/21	6	3	7	4
Contas de Governo	Contraditório	Abertos até 31/12/21	5	1	12	7
Denúncia	Contraditório	Abertos até 31/12/21	6	1	11	5
Denúncia	Contraditório	Processos Novos	0	0	0	1
Denúncia	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	1	0	3
Denúncia	Preliminar	Processos Novos	0	0	0	1
Inspeção	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	0	1	0
Inspeção	Contraditório	Abertos até 31/12/21	1	2	1	3
Inspeção	Preliminar	Processos Novos	0	1	0	1

Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Total Prev. 2º Trim.	Total Exec. 2º Trim.	Total Prev. até 30/06	Total Exec. até 30/06
Levantamento	Complementar	Abertos até 31/12/21	1	0	1	0
Levantamento	Instrução	Processos Novos	7	1	10	3
Monitoramento	Contraditório	Abertos até 31/12/21	2	2	2	2
Monitoramento	Preliminar	Abertos até 31/12/21	8	7	14	8
Monitoramento	Preliminar	Processos Novos	0	2	0	2
Pedido de Reexame	Recurso	Abertos até 31/12/21	0	6	1	11
Pedido de Reexame	Recurso	Processos Novos	0	7	0	7
Recurso de Reconsideração	Contraditório	Abertos até 31/12/21	3	0	5	0
Recurso de Reconsideração	Recurso	Abertos até 31/12/21	0	0	1	0
Representação	Complementar	Abertos até 31/12/21	5	0	6	0
Representação	Contraditório	Abertos até 31/12/21	7	4	16	8
Representação	Contraditório	Processos Novos	0	2	0	2
Representação	Preliminar	Abertos até 31/12/21	3	1	7	3
Representação	Preliminar	Processos Novos	0	2	0	2
Tomada de Contas	Preliminar	Abertos até 31/12/21	1	0	1	0
Tomada de Contas Especial	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	1	0	1
Tomada de Contas Especial	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0	0	1	1
Tomada de Contas Especial	Preliminar	Processos Novos	0	1	0	1
Admissão	Complementar	Abertos até 31/12/21	2	0	4	0
Admissão	Contraditório	Abertos até 31/12/21	2	4	2	4
Admissão	Registro de ato	Abertos até 31/12/21	8	14	10	19
Admissão	Registro de ato	Processos Novos	2	1	3	1
Aposentadoria	Complementar	Processos Novos	60	0	140	0
Aposentadoria	Registro de ato	Abertos até 31/12/21	30	67	90	126
Aposentadoria	Registro de ato	Processos Novos	300	264	700	435
Pensão por Morte	Complementar	Processos Novos	60	0	140	0
Pensão por Morte	Registro de ato	Abertos até 31/12/21	24	60	80	191
Pensão por Morte	Registro de ato	Processos Novos	300	149	700	314
Reforma	Complementar	Processos Novos	9	0	21	0

Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Total Prev. 2º Trim.	Total Exec. 2º Trim.	Total Prev. até 30/06	Total Exec. até 30/06
Reforma	Registro de ato	Abertos até 31/12/21	0	2	3	2
Reforma	Registro de ato	Processos Novos	15	0	35	0
Transferência para Reserva Remunerada	Complementar	Processos Novos	9	0	21	0
Transferência para Reserva Remunerada	Registro de ato	Abertos até 31/12/21	9	3	12	20
Transferência para Reserva Remunerada	Registro de ato	Processos Novos	15	9	35	13
TOTAL			**915**	**635**	**2120**	**1236**

Fonte: SECEX.

Atividades de destaque no trimestre:

QUADRO 29 – ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFESP

DFESP
1. "*Nota de Alerta aos Municípios com Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)*": https://www.tce.pi.gov.br/nota-de-alerta-aos-municipios-com-regime-proprio-de-previdencia-social-rpps-2/
2. "*Ações do TCE-PI na área de segurança pública são destaque em evento no TCE-RJ*": https://www.tce.pi.gov.br/acoes-na-area-de-seguranca-publica-do-tce-pi-sao-destaque-em-evento-no-tce-rj/
3. "*Apenas 13% dos contratos de TI cadastrados possuem informações sobre sua execução*": https://www.tce.pi.gov.br/apenas-13-dos-contratos-de-ti-cadastrados-possuem-informacoes-sobre-sua-execucao/
4. "*Cosems-PI e TCE-PI discutem parceria voltada aos instrumentos de gestão*": https://www.tce.pi.gov.br/cosems-pi-e-tce-pi-discutem-parceria-voltada-aos-instrumentos-de-gestao/
5. "*TCE-PI estabelece alcance temporal para pagamento de abono com precatórios do FUNDEF*": https://www.tce.pi.gov.br/tce-pi-estabelece-alcance-temporal-para-pagamento-de-abono-com-precatorios-do-fundef/

Fonte: SECEX.

4. GOVERNANÇA E GESTÃO

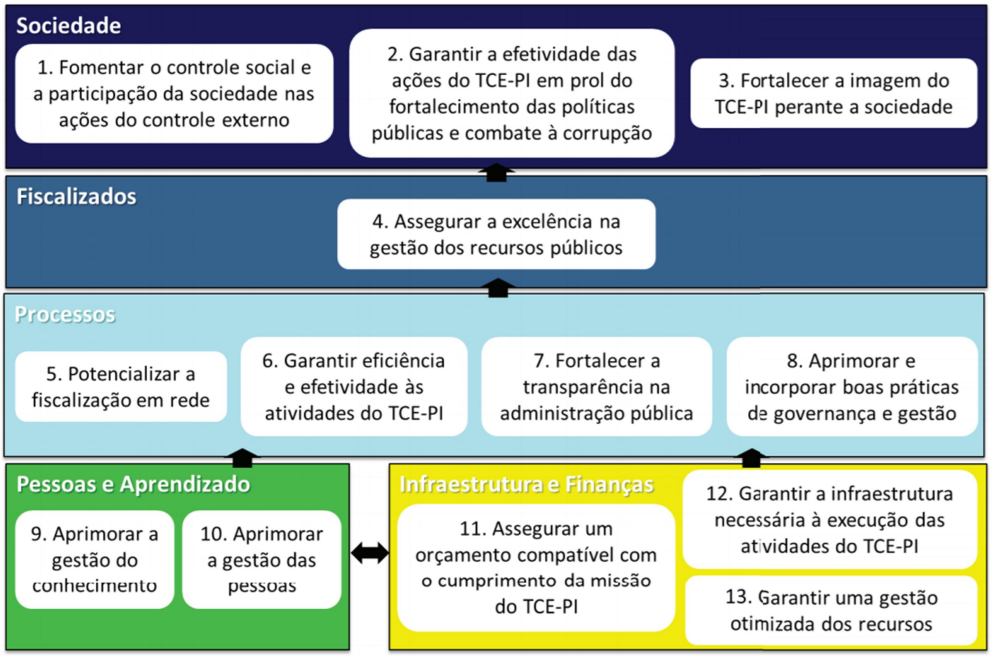
4.1. Gestão Estratégica

Considerando as transformações ocorridas interna e externamente ao TCE/PI, especialmente a reestruturação dos recursos organizacionais, humanos e gerenciais desta Corte, com o estabelecimento de novas abordagens e procedimentos para melhor atendimento às demandas da sociedade piauiense, este Tribunal decidiu redefinir a sua estratégia mediante um novo Plano, com ciclo de 4 anos e marco inicial a partir de 2020.

O PE 2020-2023 do TCE/PI foi idealizado sob um processo participativo, envolvendo todas as áreas do Tribunal, que permitiu a troca de experiências e, por consequência, promoveu uma visão mais abrangente da instituição. Ressalta-se, também, que o resultado do diagnóstico obtido com a aplicação do Marco de Medição de Desempenho – MMD da Atricon foi imprescindível no delineamento das estratégias definidas no referido PE.

O Mapa Estratégico do TCE/PI, a seguir, referente ao ciclo 2020-2023, correlaciona os objetivos estratégicos a perspectivas, quais sejam, sociedade, fiscalizados, processos, pessoas e aprendizado, infraestrutura e finanças, a fim de garantir uma percepção uniforme das prioridades assumidas pelo TCE/PI e a convergência de ações para o alcance dessas prioridades.

FIGURA 2 – MAPA ESTRATÉGICO



Para cada objetivo estratégico estabelecido há projetos e indicadores correlacionados a fim de facilitar a implementação do Plano Estratégico, envolvendo vários setores do Tribunal. A carteira de projetos prioritários do TCE/PI para o ano de 2021, disponibilizada a seguir, conta com 25 projetos em andamento, conforme definido na Reunião de Revisão do PE 20/23, realizada em janeiro de 2021.

QUADRO 30 – CARTEIRA DE PROJETOS DO TCE/PI

PROJETO		ÁREA PATROCINADORA
PRJ 01	Sistema de tratamento e pesquisa de jurisprudência	CRJ
PRJ 03	Implantação da página de informações no novo portal do servidor	CS
PRJ 04	Aprimorar o controle interno do TCE-PI	UCI
PRJ 05	Implantação de plataforma de ensino à distância	EGC
PRJ 08	Gestão de processos	GOV
PRJ 09	Gestão de projetos	GOV
PRJ 15	Gestão por competências	SA
PRJ 17	Modernizar processos de gestão de pessoas	SA
PRJ 18	Gestão do planejamento e da gestão orçamentária	SA
PRJ 19	Aprimoramento da Gestão patrimonial do TCE/PI	SA
PRJ 20	Implantação do sistema de acompanhamento e controle de decisões do TCE-PI	SS
PRJ 22	Atualizar e aperfeiçoar sistema de cadastro web	SS
PRJ 25	Alfa - Projeto integrado de auditoria avançada	SECEX
PRJ 26	Sagres-Folha - sistema de recepção de dados de atos e despesas com pessoal do estado	SECEX
PRJ 30	Incorporar ensaios de laboratório nas rotinas de fiscalização de obras públicas rodoviárias e de mobilidade urbana	SECEX
PRJ 35	Plataforma avançada de análise de dados com realização de consulta e geração de relatório pelo próprio usuário	SECEX
PRJ 36	Data & Analytics para revelar ilícitos administrativos	SECEX
PRJ 37	Opala - Plataforma de disseminação de dados de controle de forma publica e facilmente acessível	SECEX
PRJ 39	Política de Gestão de Riscos do TCE/PI	GOV
PRJ 40	Gestão Documental	SA
PRJ 41	Modelo de Governança do TCE/PI	GOV
PRJ 42	Sistema de Registro e Acompanhamento de Atendimentos	STI

Compete à Governança – GOV fomentar e acompanhar o planejamento estratégico do Tribunal visando à modernização administrativa e à melhoria contínua do desempenho institucional; auxiliar a Presidência na execução da gestão estratégica da instituição através de modernas técnicas de administração gerencial; elaborar e gerenciar o plano de diretrizes anual; monitorar o alcance das metas das unidades do Tribunal, relatando os resultados apurados; promover a realização do contínuo aperfeiçoamento do modelo de gestão por processos a ser aplicado no âmbito do Tribunal; e desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Destacam-se abaixo as principais atividades desenvolvidas pelo setor de Governança do TCE/PI no trimestre:

QUADRO 31 – ATIVIDADES DA GOV

ATIVIDADES
Realização de Reunião de Monitoramento de Ações e Resultados – REMAR TCE/PI
Reuniões setoriais de monitoramento dos projetos estratégicos do TCE/PI
Implementação do Projeto Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas - MMD-TC 2022 no TCE/PI
Acompanhamento dos critérios dispostos na Matriz de Fiscalização da Transparência (IN nº 01/2019) referentes ao TCE/PI
Elaboração do Relatório Trimestral de Atividades do TCE/PI referente ao primeiro trimestre de 2022
Acompanhamento dos Indicadores Estratégicos do TCE/PI
Acompanhamento das metas das unidades do TCE/PI
Suporte contínuo através de atendimento às unidades do TCE/PI

Fonte: GOV.

4.2. Gestão Orçamentária e Financeira

Compete à Divisão de Orçamento e Finanças – DOF realizar o planejamento e a execução orçamentária e financeira do Tribunal, compreendendo toda a despesa consignada a esta Corte no Orçamento Geral do Estado, observadas as regras emanadas dos órgãos centrais de administração orçamentária e financeira, bem como tratar dos demais assuntos correlatos.

Nas tabelas a seguir, destacam-se as principais atividades desenvolvidas no período:

- Atividades executadas pela Seção de Orçamento – SO:

QUADRO 32 – ATIVIDADES DA SO

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Notas de Empenho Emitidas	408
Reservas Orçamentárias	324
TOTAL	**732**

Fonte: DOF.

QUADRO 33 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R$
I - Dotação Orçamentária Inicial	104.700.017,98
II - Suplementação de Dotação	8.500.000,00
III - Disponibilidade Orçamentária	113.200.017,98
IV - Despesa Empenhada	35.119.907,38
V - Saldo dos Créditos Disponíveis [1]	78.080.110,60
VI - Despesa Liquidada	35.488.026,60
VII - Saldos dos Empenhos a Liquidar	8.534.001,48

Fonte: DOF.

[1] Os valores informados excluem os créditos reservados em virtude da indisponibilidade destes para a execução orçamentária, compreendendo apenas o montante efetivamente disponível.

- Atividades executadas pela Seção de Finanças – SF:

QUADRO 34 – ATIVIDADES DA SF

ATIVIDADES	TOTAL
Emitir Nota de Lançamento – NL	682
Gerar a Programação de Desembolso – PD	821
Emitir Ordem Bancária (OB) com a execução da PD	897
Emitir Guia de Devolução (GD)	39
Emitir Guia de Recolhimento (GR)	14
Nota Patrimonial (NP)	254
Emitir a Relação Externa – RE para o BB	219
Efetivar pagamento de Restos a Pagar	135
TOTAL	**3.061**
Números de processos recebidos	375

ATIVIDADES	TOTAL
Números de processos pagos	687

Fonte: DOF.

QUADRO 35 – MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA

MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA	R$	
Saldo Do Trimestre	**Anterior**	**Atual**
Banco do Brasil - C/C 82530-1	25.991.374,16	31.659.532,36
Banco do Brasil/Caução - C/C 10086-2	13.836,91	14.165,48
Banco do Brasil/Cartão PGTO - C/C 10104-4	16.008,19	9.035,36
TOTAL TCE/PI	**26.021.219,26**	**31.682.733,20**
Banco do Brasil/F M T C 2 - C/C 114.565-7	3.428.582,77	3.565.494,78
Banco do Brasil/FMTC - C/C 9.850-7	557.513,34	285.325,93
Banco do Brasil/FMTC - C/C 9.851-5	576.855,08	696.683,96
Banco do Brasil/FMTC - C/C 10.546-5	948,85	969,10
Banco do Brasil/FMTC - C/C 11.015-9	383.350,37	392.453,40
Banco do Brasil/FMTC - C/C 11.016-7	78.115,75	79.970,68
TOTAL FMTC	**5.025.366,16**	**5.020.897,85**
TOTAL	**31.046.585,42**	**36.703.631,05**

Fonte: DOF.

- Atividades executadas pela Seção de Contabilidade – SC:

QUADRO 36 – ATIVIDADES DA SC

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Conformidade diária – processos analisados	299
Prestação de Contas – via documentação web	03
Prestação de Contas – via controle interno	03
Suprimentos de Fundo – análise de prestação de contas	05
Suprimentos de Fundo – concessão	09
Ajuste de Pendências no SIAFE - processos de exercícios anteriores	-
Processos disponibilizados para consulta (eletrônicos/físicos)	-
Processos arquivados (eletrônicos/físicos)	319

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Relatório de Gestão Fiscal 1º quadrimestre encaminhado TCE	01
TOTAL DE ATIVIDADES DO TCE	**639**
Conformidade diária – processos analisados	53
Prestação de Contas – via documentação web	03
Prestação de Contas – via controle interno	03
Processos disponibilizados para consulta (eletrônicos/físicos)	-
Processos arquivados (eletrônicos/físicos)	56
TOTAL DE ATIVIDADES DO FMTC	**115**
TOTAL GERAL	**754**

Fonte: DOF.

- Seção de Encaminhamentos de Informações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - SEINF:

QUADRO 37 – ATIVIDADES DA SEINF

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Elaboração de Documentos (memorandos e ofícios)	3
Despachos de processos	15
Processos arquivados	0
Gerar e enviar informações da GFIP (importação, preparação e transmissão)	6
Retificação de informações da GFIP mensal	1
Gerar relatórios da SIEDOS para processos da GFIP/INSS	9
Calcular e ajustar valores das retificadoras da GFIP	0
Gerar e enviar informações da RAIS (importação, preparação e transmissão)	2
Gerar GPS manual	9
Gerar lote de eventos eSocial (gerar e transmitir)	0
Atualizar valores das tabelas do INSS e Sefip	6
Realizar Qualificação Cadastral	6
Pesquisa e atualização de legislação previdenciária, fiscal e trabalhista	5
Emitir Relatório de Notas Fiscais	6
Concatenar e formatar os Relatórios de Atividades	1
TOTAL	**69**

- Sistema SIAFE-PI:

QUADRO 38 – SIAFE-PI

ATIVIDADES – SC	ÓRGÃO	ABR	MAI	JUN	TOTAL
Nota de Lançamento – NL	TCE	2	1	1	**4**
Programação de Desembolso – PD		2	1	1	**4**
Guia de Recolhimento – GR		3	4	3	**10**
Guia de Devolução – GD		1	6	2	**9**
TOTAL		**8**	**12**	**7**	**27**
Nota de Lançamento – NL	FMTC	1	1	1	**3**
Programação de Desembolso – PD		1	1	1	**3**
Guia de Recolhimento – GR		9	9	9	**27**
Guia de Devolução – GD		0	0	0	**0**
TOTAL		**11**	**11**	**11**	**33**

Fonte: Sistema SIAFE-PI.

4.3. Gestão de Pessoas

Compete à Divisão de Gestão de Pessoas – DGP desenvolver as atividades de administração de pessoal, compreendendo assuntos como recrutamento e seleção, registros funcionais, estudos e pareceres sobre direitos e deveres do servidor, folha de pagamento e seus consectários, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho, progressão funcional e promoção, aposentadorias, pensões e demais assuntos correlatos.

Na tabela a seguir, destaca-se o quantitativo de registros de Atos de Pessoal realizados no período:

QUADRO 39 – ATIVIDADES DA DGP

ATIVIDADES		QUANTIDADE
Atos/Portarias	Nomeações para cargos efetivos	4
	Nomeações para cargos Comissão	2
	Exonerações de Cargos Efetivos	0
	Exonerações de cargos em comissão	2
	Vacância de cargos efetivos	1
	Dispensas de função de confiança	3
	Designações para função de confiança	4

ATIVIDADES		QUANTIDADE
	Concessões de aposentadoria	0
	Licenças prêmios concedidas	6
	Substituição de conselheiro	4
	Licenças para capacitação	27
Afastamentos de Servidores	Licenças (Eleitoral, Nojo, Paternidade, Encontro Esportivo)	23
	Licenças maternidade	2
Utilização de Recesso Natalino	Conselheiros	1
	Conselheiros substitutos	1
	Procuradores do MPC	0
	Servidores	28
Férias Concedidas	Conselheiros	2
	Conselheiros substitutos	0
	Procuradores do MPC	2
	Servidores	160
Interrupção/Suspensão de Férias Concedidas	Conselheiros	1
	Conselheiros substitutos	3
	Procuradores do MPC	2
	Servidores	12
Abonos de Permanência Concedidos	Conselheiros	0
	Conselheiros substitutos	0
	Procuradores do MPC	0
	Servidores	1
Atendimentos de Demandas Administrativas	Informações	192
	Portarias	143
	Certidões	8
	Memorandos	33
	Declarações	13
	Ofícios	67
	Cartão Magnético de Ponto	9
	Licenças Médicas	-
	Despachos DGP	932
	Comunicação Interna	0
	Mapa de tempo de serviço	11
	Licença para Acompanhamento	-

Fonte: DGP.

Na tabela a seguir, destacam-se os principais registros de atos clínicos realizados no período pela Seção de Serviços Integrados de Saúde – SSIS:

QUADRO 40 – ATIVIDADES DA SISS

ATIVIDADES		QUANTIDADE
Serviço Ambulatorial	Verificação de pressão arterial	28
	Verificação de Glicemia Capilar	0
	Dispensação de medicamentos	92
	Curativo	0
	Administração de Medicamentos	0
	Atendimento de Emergência	0
Serviço Médico	Consultas	193
	Consulta Periódica	02
	Atestado Médico	20
	Atestado de Saúde	01
	Renovação de Receitas	23
	Verificação de Pressão Arterial	19
	Exame Admissional	58
	Solicitação de exames	34
	Encaminhamento	42
	Atendimento de Urgência	157
	Outros	55
	Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	06
	Pacientes Atendidos	551
	Homologação Atestado Médico de Servidores	347
Serviço Odontológico	Restauração	71
	Profilaxia	62
	Exodontia	9
	Aplicação de Fluor	55
	Semiologia	3
	RX	9
	Remoção de Pontos	1
	Tartarectomia	62
	Outros	92
	Organização de Insumos/ Controle de Validade/ Gerenciamento de Pedidos	1
	Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	3

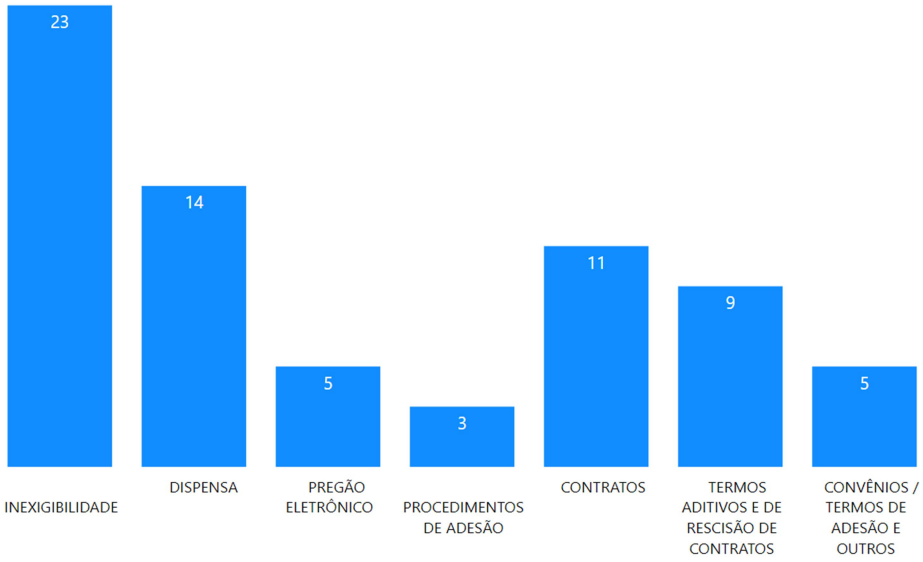
ATIVIDADES		QUANTIDADE
	Pacientes Atendidos	134
Serviço Fisioterapêutico	Tratamento	329
	Tens	329
	Ultrassom	280
	EPI	0
	Forno de Beer	65
	Bandagem	0
	Infravermelho	169
	Ondas Curtas	22
	Terapia Manual	0
	Fisioterapia Respiratória	0
	Crioterapia	244
	Exercícios Exométricos	75
	Ginástica Laboral	0
	Outros	0
	Participação na Organização de Programas de Prática de Esporte	0
	Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	6
	Pacientes Atendidos	329
Atividades Administrativas	Emissão de parecer	0
	Acompanhamento de licença médica junto à Perícia Oficial	23
	Gerenciamento de Pedidos (acompanhamento de materiais)	8
	Comunicação Interna/ Memorando	50
	Coordenação de Programa ou Evento de SQVCT	9
	Participação em Eventos da SSIS	20
	Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	3
	Acompanhamento de licença médica junto à Perícia Oficial	23

Fonte: DGP.

4.4. Gestão de Contratações

Compete à Divisão de Licitações e Contratos (DLC) coordenar as atividades referentes a procedimentos licitatórios e gestão contratual. Nas tabelas a seguir, destacam-se os principais procedimentos executados pela Seção de Licitações no período:

FIGURA 3 – LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS



Fonte: DLIC.

4.5. Gestão do Conhecimento

A Escola de Gestão e Controle do Tribunal de Contas do Estado do Piauí tem por objeto principal qualificar e conscientizar seus servidores, os governantes, os gestores, as equipes de apoio e assessoria das entidades jurisdicionadas, os controladores institucionais e sociais, os parceiros da rede de controle e a sociedade para o exercício da boa gestão e dos controles como instrumento transparente de realização de um Estado Democrático de Direito.

Na tabela a seguir, destacam-se as atividades de qualificação e capacitação realizadas durante o segundo trimestre:

QUADRO 41 – QUALIFICAÇÕES E CAPACITAÇÕES

Nº	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO/ EAD	QTD DE HORAS	NUMERO DE PARTICIPANTES	PÚBLICO ALVO
1	Mestrado – Convênio com a UFPI/FADEX	UFPI/ FADEX	24 meses	12 servidores	Membros e Servidores TCE
2	Doutorado – Convênio com a UFPI/FADEX	UFPI/ FADEX	48 meses	04 servidores	Membros e Servidores TCE
3	Mestrado – Convênio com a UFPI/FADEX	UFPI/ FADEX	24 meses	04 servidores	Membros e Servidores TCE
4	Doutorado – Convênio com a UFPI/FADEX	UFPI/ FADEX	48 meses	01 servidores	Membros e Servidores TCE
5	Especialização "MBA em Ciências de Dados" - Modalidade Extensão Universitária (Pós-Graduação)	ICMC/USP	12 meses	01 servidor	Servidor TCE
6	Curso Redes de Computadores – Modalidade Extensão Universitária (Pós-Graduação)	UNICAMP FUNCAMP	12 meses	01 servidor	Servidor TCE
7	Auditoria de Políticas Públicas – módulos EAD e tele presencial	TCE/PI	56hs	36 servidores	Servidores TCE

Nº	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO/ EAD	QTD DE HORAS	NUMERO DE PARTICIPANTES	PÚBLICO ALVO
8	Palestra: "A Fórmula Mágica do Sucesso", como parte da programação alusiva ao dia do auditor de controle externo do Estado do Piauí	TCE/PI	04hs	120 Servidores	Membros e Servidores TCE
9	Qualidade e Implantação do 5S	TCE/ES	40hs	01 servidor	Servidor TCE
10	Técnicas de Auditoria Interna Governamental e Introdução ao Orçamento Público	ENAP	64hs	01 servidor	Servidor TCE
11	I Conferência Democracia e Institucionalidade – 10 Anos do MPC-SP	MPC- SP	16 h	07 Membros e 02 Servidores	Servidores e Membros TCE
12	Direitos Humanos como Ferramentas de Combate à Corrupção (30h) e Atualização em Gramática da Língua Portuguesa	ENAP	60hs	01 Servidor	Servidor TCE
13	Auditoria Operacional	Instituto Serzedello Correa	60hs	01 Servidor	Servidor TCE
14	Noções Introdutórias de Licitações e Contratos Administrativos, Como Fiscalizar com Eficiência Contratos Públicos, Curso Básico de Licitações e Prevenção e Detecção de Cartéis em Licitações	ENAP	140hs	01 Servidor	Servidor TCE
15	Auditoria de Políticas Públicas, e Políticas Públicas de Saúde	TCE-PI e ENAP	62hs	01 Servidor	Servidor TCE
16	Introdução ao Controle Interno, Introdução ao Direito Constitucional e O Poder Legislativo	Senado Federal	120hs	01 Servidor	Servidor TCE
17	Cerimonialista	Portal Curso	120hs	01 Servidor	Servidor TCE
18	Continuidade de Capacitação na atividade de Inteligência para membros e assessores dos MPCs,	MPC-DF	16 h	01 servidor e 01 Membro	Servidor e Membro TCE
19	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	ABELINE – Escola Virtual	120hs	01 Servidor	Servidor TCE
20	Curso da EFD-Reinf e da DCTFWeb	OPEN Treinamentos e Editora	16 hs	05 Servidores	Servidor TCE
21	Controle Externo da Política de Segurança Pública no Rio de Janeiro – RJ	TCE-RJ	4h75min	02 Servidores	Servidor TCE
22	"O Controle Externo da Administração Pública no contexto ético- profissional e o enfrentamento à corrupção"	ANTC	4hs	01 Servidor	Servidor TCE
23	Estágio de Capacitação em Inteligência	EsIMEx	-	01 Membro e 01 Servidor	Servidor e Membro TCE
24	Projeto Ativamente TCE – parceria com SUPERA: Oficina de ginastica para o cérebro	SUPERA	1h30min	3 turmas de 20 servidores	Membros e Servidores do TCE
25	Curso Treinamento do Sistema Eletrônico de Informações – SEI	Servidores do TCE- TO	30 hs	Todos os Servidores e Membros do TCE – 580 Servidores	Membros e Servidores do TCE
26	Webinário eSocial para órgãos públicos – folha de pagamento	TCE/PI	2h30min	1626 visualizações no site do TCE	Jurisdicionados e Sociedade
27	LGPD Aspectos Gerais no Âmbito do Setor Publico	Marcos Ehrhardt, Eduardo Busatta e José Faleiros	20hs	05 Servidores	Servidores TCE
28	Planejamento das Contratações: ETP, TR e estimativa de despesas	Vitor Amorim, Tatiana Camarão e Eduardo Guimaraes	16hs	06 Servidores	Servidores TCE
29	Introdutório para a implantação do Sistema de Controle Interno – SCI	TCE/PI	8 h	34 Servidores	Membros e Servidores do TCE

Nº	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO/ EAD	QTD DE HORAS	NUMERO DE PARTICIPANTES	PÚBLICO ALVO
30	Introdutório sobre as inovações no Sistema de Controle Interno – SCI a serem observadas pelos jurisdicionados do Tribunal de Contas	TCE/PI	8 h	24 servidores	Membros e servidores
31	Curso online: "Gestão Tributária de Contratos e Convênios"	Open Treinamentos Empresariais e Editora Ltda – EPP	24 h	01 Servidor	Servidor TCE
32	Auditoria de Políticas Publicas – módulos EAD e tele presencial,	TCE/PI	36hs	36 servidores	Servidores TCE
33	Conhecendo o Novo Acordo Ortográfico, Diálogo sobre a Lei Maria da Penha, Ética e Administração Pública	Site Senado Federal	120hs	01 servidor	Servidor TCE
34	Controles na Administração Pública, Controles Institucionais e Social dos Gastos Públicos, Acesso à Informação, Regulamentação da Lei de Acesso a Informação nos Municípios, Controle Social	ENAP	120 h	01 servidor	Servidor TCE
35	Técnica de Memorização, Ética e Administração Pública e Comportamento Organizacional	TCE/ES	140 h	01 servidor	Servidor TCE
36	Palestra: Breve Histórico das Nações Indígenas	TCE/PI	2 h	60 pessoas 30 visualizações no site do TCE	Membros, Servidores TCE e Sociedade
37	Palestra: Amélias, Marias e Marielles	TCE/PI	2 h	50 pessoas e 110 visualizações no site do TCE	Membros, Servidores TCE e Sociedade
38	Projeto Ativamente TCE – parceria com SUPERA: Oficina de ginastica para o cérebro	SUPERA	4hs	20 servidores	Membros e Servidores do TCE
39	Programa Saúde é da nossa conta: Consciência Corporal	TCE/PI	40min	35 Servidores	Membros e Servidores TCE
40	Programa Saúde é da nossa conta: Oficina das Emoções	TCE/PI	3hs	35 Servidores	Membros e Servidores TCE
41	Programa Saúde é da nossa conta: Melhore sua qualidade de vida com técnicas de reprogramação mental	TCE/PI	1h30min	30 Servidores	Membros e Servidores TCE
42	Programa Saúde é da nossa conta: Oficina "As várias faces do eu" Processo de autoconhecimento através da arte	TCE/PI	1h30min	20 Servidores	Membros e Servidores TCE
43	Auditoria em Políticas Públicas, TCE- PI, Lei de Responsabilidade Fiscal e Novo Regime Fiscal, ENAP, Nova Lei de Licitações, OAB-PI e Direito Constitucional aplicado à Gestão Pública, TCE-CE	TCE-PI/ENAP/OAB-PI/TCE-CE	142hs	01 Servidor	Servidor TCE
44	Normas Internacionais de Auditoria Financeira, Políticas Públicas e Governo Local, Educação Fiscal	ENAP	120hs	01 Servidor	Servidor TCE
45	Direito Administrativo	Prime Cursos	40hs	01 Servidor	Servidor TCE
46	Auditoria e Controle para Estatais, Técnicas de Auditoria Interna Governamental, e Elaboração de Relatórios de Auditoria	ENAP/ CGU	64 hs	01 Servidor	Servidor TCE
47	Equilíbrio Fiscal	ENAP	40hs	01 Servidor	Servidor TCE
48	Noções de Almoxarifado	Instituição IMAZON	40hs	01 Servidor	Servidor TCE
49	II Encontro das Auditorias Internas dos Tribunais de Contas do Brasil	MPC-MG	6hs	01 Membro e 02 Servidores	Membro e Servidores TCE
50	Treinamento e Desenvolvimento	ABELINE	50hs	01 Servidor	Servidor TCE
51	Curso "Execução Orçamentaria, Financeira e Contábil de Forma Integrada na Administração Pública"	Consultre	28hs	03 Servidores	Servidor TCE

Nº	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO/ EAD	QTD DE HORAS	NUMERO DE PARTICIPANTES	PÚBLICO ALVO
52	Trilha de Aprendizagem em Compras Públicas- Termo de Referência, Análise do Impacto Legislativo, e Estratégias de Análise de Políticas Públicas	TCU	47hs	01 Servidor	Servidor TCE
53	II Seminário Internacional de Investigações Anticorrupção	Rede-Lab/DRCI/SENAJUS/ MJ	16hs	01 Servidor	Servidor TCE
54	Capacitação do MMD- TC para o Ciclo de aferição 2022	ATRICON SP	20hs	01 Membro e 06 Servidores	Servidores e Membros TCE
55	Lançamento do Projeto Transparência Pública e da Capacitação do MMD-TC	Fundação Vanzolini - TCM-SP	28hs	01 Membro	Membro TCE
56	Lançamento do Projeto Transparência Pública e da Capacitação do MMD-TC	Fundação Vanzolini - TCM-SP	04hs	01 Membro	Membro TCE
57	Gestão Tributária de Contratos e Convênios	Open Treinamentos Empresariais e Editora LTDA	24hs	01 Servidor	Servidor TCE
58	Contratação de Obras e serviços de Engenharia de acordo com a Lei 14.133/21	Rafael Jardim	16hs	09 Servidores	Servidores TCE
59	Sanções administrativas na Lei nº 14.133/21: como se adequar às novas diretrizes?	Anderson Pedra e Ronny Charles	16hs	07 Servidores	Servidores TCE
60	Controle interno – Responsabilização e Sanção	TCE/PI	16hs	08 Servidores	Servidores TCE
61	"LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados – Fundamentos e Implementação da Lei na Administração Pública"	Treinamento, Desenvol-vimento e Capacitação Ltda	16 hs	04 servidores	Servidor TCE
62	Gestão Orçamentaria e Financeira e Contabilidade com Foco na Gestão do Orçamento Publico	ENAP	40hs	01 servidor	Servidor TCE
63	Nova Legislação Trabalhista e Previdenciária, e Contabilidade como Instrumento de Gestão	SENAC e Amazônia Cursos	80hs	01 servidor	Servidor TCE
64	Word Básico e Atendimento ao Publico	TCE-ES	60hs	02 servidor	Servidor TCE
65	Noções Introdutórias de Licitação e Contratos Administrativos e Aplicações de Penalidades nos Contratos Administrativos	TCE-ES	62hs	01 servidor	Servidor TCE
66	Equilíbrio Fiscal	ENAP	40hs	01 Servidor	Servidor TCE
67	Curso "LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados - Fundamentos e Implementação da Lei na Administração Pública"	One Cursos	20hs	04 Servidores	Servidor TCE
68	"Consórcios Públicos Intermunicipais" e Noções Introdutórias de Licitação e Contratos Administrativos	ENAP e TCE-RJ	60hs	01 Servidor	Servidor TCE
69	22º Congresso de Stress da ISMA-BR, 24º Fórum Internacional de Qualidade de Vida no Trabalho, 14º Encontro Nacional de Qualidade de Vida na Segurança Pública e 14º Encontro Nacional de Qualidade de Vida no Serviço Público	ISMA/BRISMA-BR	22hs	03 Servidores	Servidor TCE
70	7º Congresso Internacional de D. Financeiro e da 3ª Reunião da Diretoria da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil	ATRICON SC	16hs	01 Membro	Membro TCE
71	Projeto Ativamente TCE: Ginastica para o Cerebro	TCE/PI	4hs	20 Servidores	Membros e Servidores do TCE
72	Projeto Ativamente TCE: Ginastica para o Cerebro	SUPERA	2h30min	25 Servidores	Membros e Servidores do TCE

Nº	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO/ EAD	QTD DE HORAS	NUMERO DE PARTICIPANTES	PÚBLICO ALVO
73	Projeto Ativamente TCE: Terapias Alternativas	TCE/PI	4hs	20 Servidores	Membros e Servidores do TCE

Fonte: EGC.

4.6. Gestão de Tecnologia da Informação

Compete à Secretaria de Tecnologia da Informação – STI gerenciar as atividades ligadas à tecnologia da informação, prestando todo o apoio necessário ao funcionamento do Tribunal nesta área.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações da área realizadas no período:

QUADRO 42 – ATIVIDADES DA STI

ATIVIDADES
Manutenção corretiva, preventiva, evolutiva e adaptativa dos sistemas: Licitações web, Contratos web, Sagres web e controle, Documentação web, Cadastro de Gestores, Controle de sessões, Serca, Controle de multas e Auditoria (Módulo Relatórios DFAE)
Criação de novos relatórios internos, além de atualizações corretiva e evolutiva de outros já em produção
Modelagem de novos cubos para BI (*Business Inteligence)*
Atualização de versão de sistema operacional de diversos servidores do *datacenter* do TCE
Manutenção do Portal de serviços do TCE-PI na internet
Manutenção de equipamentos do TCE-PI
Suporte aos usuários internos
Suporte aos jurisdicionados na utilização dos diversos sistemas de prestações de contas eletrônicos
Desenvolvimento de novo sistema de prestação eletrônica de contas – SagresPC
Desenvolvimento do software para disponibilização de informações consolidadas (Opala), em conjunto com fábrica de software
Implantação do software para coleta e monitoramento de informações junto a jurisdicionados (Capture)
Desenvolvimento do sistema Gestor Web
Desenvolvimento de solução para controle de Comunicações de irregularidades
Implantação de solução para controle de prazos de Comunicações Processuais
Expansão de funcionalidade de solução para registro e acompanhamento de atendimentos
Implantação da primeira versão do módulo "Gerador de Relatórios - DFAM", do Sistema de Auditoria
Configuração e disponibilização de 86 notebooks para ampliação e renovação tecnológica do TCE/PI
Implantação de nova solução de armazenamento de dados
Início da implantação da nova solução de rede sem fio em todas as instalações do TCE/PI
Disponibilização de toda infraestrutura necessária para implantação sistema de processo eletrônico SEI
Processo de contratação do link redundante de acesso à internet

ATIVIDADES
Processo de contratação da manutenção da sala cofre
Processo para aquisição de nova solução de backup
Processo para aquisição de novos equipamentos de rede

Fonte: STI.

4.7. Controle Interno

Compete à Controladoria do Tribunal de Contas verificar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficiência, eficácia e economicidade, da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas; avaliar o cumprimento das metas previstas pelo Tribunal de Contas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA); exercer o controle dos direitos e haveres da instituição; apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Compete, ainda, à Controladoria emitir parecer sobre as contas prestadas anualmente pelo Presidente do Tribunal de Contas e sobre as contas daqueles que, por delegação, ordenarem despesas ou praticarem atos de gestão no âmbito do Tribunal de Contas; realizar, por iniciativa própria ou do Plenário do Tribunal de Contas, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas da Instituição; avaliar a exatidão das informações contidas nos processos de admissão, de concessão de aposentadoria e pensão, e de revisão de proventos do Tribunal de Contas; manter intercâmbio com Unidades de Controle Interno de órgãos e entidades da Administração Pública; acompanhar denúncias oriundas da ouvidoria em matéria de sua competência; acompanhar a elaboração do Relatório de Gestão Fiscal - RGF; elaborar o Plano Anual de Auditoria; expedir recomendações à Presidência do Tribunal; representar ao Plenário do Tribunal sobre irregularidades ou ilegalidades apuradas.

Na tabela a seguir, destacam-se os pareceres emitidos no período:

FIGURA 4 – ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO

Fonte: Controle Interno.

4.8. Corregedoria

A Corregedoria Geral do Tribunal de Contas do Estado do Piauí é um órgão com a missão de garantir o controle da conduta funcional, firmados nos princípios éticos e legais, mediante a realização de fiscalização, recomendação, correição e mediação, com a finalidade de assegurar a regularidade funcional.

Outrossim, pretende proporcionar a eficiência das atividades institucionais ante o aprimoramento das rotinas internas e adotar programas de prevenção de infrações disciplinares.

No 2º trimestre de 2022, a Corregedoria Geral, no exercício de suas competências, realizou, dentre outros, os seguintes atos:

QUADRO 43 – ATIVIDADES DA CORREGEDORIA

ATO	OBJETO	ABR	MAI	JUN
Memorando	Solicitações Diversas			
Despachos	Nada Consta/ Solicitação de Informações/ Avaliação de Teletrabalho/ CADEP	9	9	7
Fichas de Avaliação	Ficha de avaliação de estágio probatório			
Pareceres	Relatórios de Correição			
Processos	Instauração de processos (ÉTICO/PAD)	1	2	1

Fonte: Corregedoria.

4.9. Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal democrático de diálogo destinado a disseminar informações e a receber manifestações dos cidadãos, incluindo reclamações, denúncias, sugestões, elogios e solicitação de informações.

Ela cria e amplia os canais de comunicação entre o Estado e a Sociedade e aposta na construção transparente, coletiva e participativa. É uma oportunidade de participação ativa do cidadão na missão de controlar a Administração Pública do Estado e dos Municípios piauienses, e contribuir para o aprimoramento dos serviços do TCE.

- Serviços ofertados pela Ouvidoria:

QUADRO 44 – SERVIÇOS DA OUVIDORIA

SERVIÇOS DA OUVIDORIA
Orientação ao cidadão acerca das formas de se estabelecer contato com o TCE
Recebimento e tratamento de todas as manifestações que estejam relacionadas à atuação do TCE com isenção e imparcialidade, e mesmo com sigilo, nos casos em que o mesmo for solicitado e que a legislação permita
Encaminhamento das demandas às áreas responsáveis para o seu tratamento e manter o cidadão informado sobre o andamento e resultados
Realização e mediação de conflitos de interesses entre o cidadão e o gestor público
Identificação das oportunidades e melhoria da Instituição
Sugestão de aprimoramento dos serviços do TCE-PI acerca das oportunidades identificadas
Realização de atividades em parceria com a Escola de Contas e com a Rede de Ouvidorias Estadual (Rede Ouvir), para promover o exercício da cidadania e contribuição para o controle social

- Tipos de manifestação recebidos pela Ouvidoria do TCE/PI:

QUADRO 45 – MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS

MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS
Pedidos de Informação – Qualquer interessado poderá requerer informações do seu interesse ao TCE/PI, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação solicitada, conforme art. 10 da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Importante ressaltar que o pedido não precisa apresentar justificativa, e que o TCE/PI terá 20 (vinte) dias para apresentar resposta definitiva, podendo prorrogar este prazo uma vez, motivadamente, por mais 10 (dez) dias
Reclamações / Elogios / Sugestões – Qualquer usuário poderá qualificar as ações do TCE/PI ou de seus funcionários, seja elogiando uma atuação positiva, seja criticando ações que não estão funcionando a contento, ou mesmo apresentando sugestões para um melhor atendimento e atuação deste Tribunal. Nenhuma destas formas de manifestação exige a identificação do usuário, embora ele possa se identificar, caso deseje
Comunicações de Irregularidades – Qualquer interessado poderá informar ao TCE/PI circunstâncias onde, no seu entendimento, estejam presentes indícios de irregularidades ou ilegalidades na atuação de agentes ou entidades da Administração Pública do Estado do Piauí ou de qualquer um de seus municípios, a fim de que o TCE/PI tome ciência da situação e possa agir com maior rapidez. Esta manifestação não é equivalente ao processo formal de denúncia, e também não exige a identificação do usuário

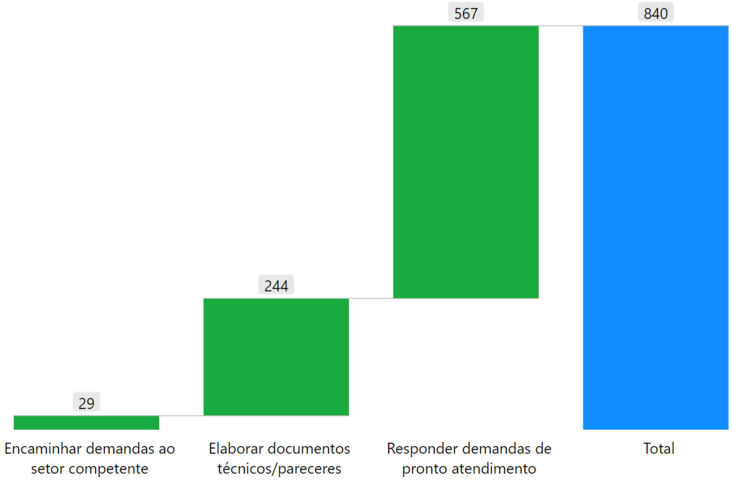
- Canais de comunicação:

QUADRO 46 – CANAIS

CANAIS
Portal: http://www.tce.pi.gov.br/transparencia/ouvidoria/
E-mail: ouvidoria@tce.pi.gov.br
Telefone: (86) 3215-3987 / (86) 3215-3985 / (86) 3215-3839 / (86) 3215-3843/ 0800-280-5677
Whatsapp: (86) 99423-5047
Correspondência: Av. Pedro Freitas, 2100 – Centro Administrativo, Teresina-PI, CEP: 64018-900
Formulários de manifestações ao TCE-PI (Central do Cidadão)
Atendimento presencial no Centro de Atendimento ao Cidadão, localizado no térreo do edifício-sede do TCE/PI

Destaca-se abaixo o quantitativo de atendimentos realizados e demandas respondidas pela Ouvidoria no período:

FIGURA 5 – ATENDIMENTOS E DEMANDAS RESPONDIDAS PELA OUVIDORIA



Fonte: Ouvidoria.

4.10. Comunicação

A Comunicação Social – CS do Tribunal de Contas do Estado do Piauí visa prioritariamente informar aos seus públicos sobre as ações e o trabalho executado pela instituição, ampliando o grau de conhecimento dos cidadãos sobre a Corte e disseminando a importância social e pública do Controle Externo.

Compete à CS a divulgação institucional do TCE-PI apropriada para:

- **Jurisdicionados** - informações de caráter técnico;
- **Público Interno** - dados e informações de caráter funcional;
- **Público Externo** - dados e informações de caráter financeiro, orçamentário, social e sobre as atividades desenvolvidas pelo Tribunal.

Na tabela a seguir, destaca-se a Comunicação Social em números no período:

FIGURA 6 – ATIVIDADES DA CS

54 Releases publicados	63 Postagens nas redes sociais
83 Criação de artes gráficas	1.622.254 Visualizações no site do TCE

Fonte: Comunicação Social.

Durante o 2º trimestre do ano a Comunicação intensificou a divulgação das atividades do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), integralizando as diferentes mídias sociais digitais e site para ampla e dinâmica cobertura.

Conectada a eventos, palestras, levantamentos, capacitações, debates e campanhas internas disponibilizou informações com auxilio de recursos audiovisuais permitindo que todas as ações desempenhadas por membros e servidores fossem refletidas nos canais de comunicação.

A Comunicação construiu a identidade visual e material gráfico sobre oficinas para servidores, estabeleceu um novo quadro para as redes sociais viabilizando um novo canal para troca de ideias entre membros, servidores, jurisdicionados e sociedade em geral, isto é, consolidando sua atuação. Para além, desenvolveu a criação de conteúdo de conscientização social, como a Semana do Meio Ambiente e doação de sangue.

Participou ativamente dos eventos internos como o Projeto Sextas Sem Conta e Saúde é da Nossa Conta cobrindo e fornecendo comunicados internos sobre o funcionamento das ações.

4.10. Gestão Patrimonial

Compete à Divisão de Patrimônio e Logística – DPL as atividades de gestão patrimonial, de administração dos serviços de limpeza e de conservação predial, elaboração de Termos de Referência, Projetos Básicos, projetos de obras, de reformas, de instalações e seus respectivos orçamentos, documentos complementares visando ao perfeito funcionamento das instalações prediais; as atividades de reprografia de processos e de documentos; de copeiragem e de atividades correlatas.

Nas tabela a seguir, destacam-se as principais atividades executadas no período:

QUADRO 47 – ATIVIDADES DA DPL

SEÇÃO	ATIVIDADES	QUANTIDADE
Seção de Almoxarifado – SA	Requisições de Material (RM) atendidas	1.163
	Requisições de Material (RM) canceladas	81
	Suprimentos de Fundo Finalizado	1
	Notas fiscais recebidas com Material de Consumo	16
	Notas fiscais recebidas com Material Permanente	0
	Valor Notas Fiscais - Material de Consumo	19.188,84
	Valor Notas Fiscais - Material Permanente	0,00

SEÇÃO	ATIVIDADES		QUANTIDADE
	Valor Notas Fiscais – Suprimento de Fundos		1.996,64
	Valor Total das Notas Fiscais		21.185,48
Seção de Transportes – ST	Aquisição de Combustíveis e lubrificantes		42.467,83
	Aquisição de peças e serviços		7.280,00
	Locação de Veículos		25.957,20
	Renovação de Documento de Veículos		-
	Renovação Apólices Seguro Veículos		-
	Rotas em Teresina e Região Metropolitana		479
	Rotas Intermunicipais		29
	Municípios Visitados		191
	Quilômetros Rodados		46.435
	Suprimentos de Fundo Finalizados		4.000,00
Seção de Manutenção – SM	Contratos fiscalizados		4
	Suprimentos de Fundo finalizados		-
	Atendimento a demandas internas diárias		299
	Atesto Efetuados em serviço de consertos solicitados		177
	Fotocópias		2.000
	Encadernações		10
Seção de Controle de Patrimônio – SCP	Receber e Incorporar Bens Patrimoniais		246
	Atendimento Interno de Transferências de Bens		-
	Atendimento Interno de Transferências de Bens Patrimoniais		341
	Emissão de Termo de Responsabilidade		151
	Controle de Documentos/Processos no e-TCE		11
	Rotinas patrimoniais (Aquisição)		-
	Rotinas patrimoniais (Desfazimento)		-
	Emissão de Tombamento – Bens Novos	Bens Móveis Mobiliários	-
		Equipamentos de Informática	239
		Bens De Escritório Duráveis	-
		Equipamentos	2
		Eletrodomésticos / Eletrônicos	5
	Baixa de Bens - Bens para Doação / Permuta / Cessão / Descarte	Bens Móveis Mobiliários	-
		Equipamentos de Informática	-
		Bens de Escritório Duráveis	-
		Equipamentos	-
		Eletrodomésticos / Eletrônicos	-

SEÇÃO	ATIVIDADES	QUANTIDADE
Seção de Arquivo Geral – SAG	Atendimento de solicitações escritas	273
	Correspondências Internas expedidas	-
	Correspondências Internas recebidas	-
	Atendimento com retorno à Presidência	-
	Assinaturas, Juntadas e finalizações em Processos	3.192
	Assinaturas solicitadas	820
	Recebimento e controle de processos	-
	Envio de Processos via Correios (AR's)	294
	Controle de Retorno de Correspondência (AR's)	415
	Atendimento avulso fornecendo portarias a aposentados e pensionistas do Estado e dos municípios; plataformas digitais	310
	Recurso	3
	Denúncia	138
	Representação	135
	Embargos/Agravo e Inspeção	1
	Prestação de Contas Estaduais e Municipais	178
	Tomada de Contas	-
	Tomada de Contas Especial	39
	Processos de Aposentadorias e Pensões (SISPREV)	354
	Processos de Aposentadorias e Pensões	293
	Processos de Admissão de Pessoal	23
	Balancetes Mensais encaminhados as Câmaras Municipais	-
	Consultas	9
	Auditorias	15
	Inspeção	28
	Inspeção Extraordinária	-
	Multas	30
	Pedido de Reexame	-
	Pedido de Revisão	3
	Processo Ordinário Administração	1
	Requerimento Administrativo	26
	Ordem Judicial	14
	Acompanhamento de Decisão	10
	Protocolo de Atendimento	273
Seção de	Orçamentos Coletados	63

SEÇÃO	ATIVIDADES	QUANTIDADE
Compras – SCOM	Fornecedores Cadastrados	63
	Aquisições Diretas	6
	Produtos Catalogados	151
	Ordens de Fornecimento ou Serviço Emitidas	8
	Termos de Referência Elaborados	5
	Projetos Básicos Elaborados	-
	Fornecimento de Serviços a Terceiros	-
	Xerox	-
	Encadernações	-
	Cartões de Frequência	-
	DVD's	-